

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
PPG – POLÍTICAS PÚBLICAS**

LEVI MARCELINO INTUMBO

**AUTORIDADES TRADICIONAIS NO PROCESSO DE EXPLORAÇÃO DOS
RECURSOS NATURAIS NA REGIÃO DE CACHEU - GUINÉ BISSAÚ: O CASO
DA AREIA PESADA DE VARELA (2009 – 2022)**

**Porto Alegre - RS
2024**

LEVI MARCELINO INTUMBO

**AUTORIDADES TRADICIONAIS NO PROCESSO DE
EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA REGIÃO DE
CACHEU - GUINÉ BISSAU: O CASO DA AREIA PESADA DE
VARELA (2009 – 2022)**

Dissertação apresentada pelo estudante Levi Marcelino Intumbo ao programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, do instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Camila Penna de Castro

PORTO ALEGRE

2024

LEVI MARCELINO INTUMBO

**AUTORIDADES TRADICIONAIS NO PROCESSO DE EXPLORAÇÃO DOS
RECURSOS NATURAIS NA REGIÃO DE CACHEU - GUINÉ BISSAU: O CASO
DA AREIA PESADA DE VARELA (2009 – 2022)**

Dissertação apresentada pelo estudante Levi Marcelino Intumbo ao programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em 16 de fevereiro de 2024

Prof^a. Dr^a. Camila Penna de Castro – Orientadora

PPGPP/IFCH/UFRGS

Sergio Simoni Junior

PPGPP/IFCH/UFRGS

Marcelo Kunrath Silva

PPGS/IFCH/UFRGS

Jose Carlos Gomes dos Anjos

PPGS/IFCH/UFRGS

CIP - Catalogação na Publicação

Intumbo, Levi Marcelino
AUTORIDADES TRADICIONAIS NO PROCESSO DE EXPLORAÇÃO
DOS RECURSOS NATURAIS NA REGIÃO DE CACHEU - GUINÉ
BISSAU: O CASO DA AREIA PESADA DE VARELA (2009 - 2022)
/ Levi Marcelino Intumbo. -- 2024.
92 f.
Orientadora: Camila Penna De Castro.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Políticas
Públicas, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. INTRODUÇÃO;. 2. Contextualização;. 3.
3. SOCIEDADES/AUTORIDADES TRADICIONAIS E AS SUAS
CONFIGURAÇÕES;. 4. POLÍTICA DE EXPLORAÇÃO DE AREIA
PESADA EM VARELA;. 5. MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM TORNO DE
UM PROBLEMA. I. De Castro, Camila Penna, orient. II.
Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

AGRADECIMENTOS

Endereço meus agradecimentos ao soberano Deus pelo dom da vida que me concedeu, saúde e a força de vontade para seguir em frente nesta dura e longa caminhada, aos meus pais Marcelino Intumbo e Rosa José Da Silva Intumbo, por cuidarem de mim e me instruírem desde o dia que cheguei nesta gloriosa família, e por servirem de meu suporte durante todo o meu percurso acadêmico desde o ensino fundamental até terminar o ensino médio. Mesmo longe, continuam lembrando de mim nas suas orações ao altíssimo, pedindo a proteção divina e a sabedoria nas tomadas de decisões.

Estendo-os à minha querida e incansável orientadora Dra. Camila Penna De Castro, pela atenção dedicada a mim e a sua prontidão para me dar suporte na realização do presente trabalho, além das indicações de leituras e aconselhamentos que me servirão para vida, sem esquecer da coordenação do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPP-UFRGS) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de Bolsa durante todo esse período de Mestrado .

Ainda agradeço às minhas irmãs Ester Marcelino Intumbo e Elga Marcelino Intumbo, aos irmãos Júlio Quintino Sumba e Wilson Quintino Sumba, e aos amigos/irmãos Mutaro Seidi, Ivaldino Nhaga, Waldimir Barbosa, Baba Cuida, Midana Cá, Jamiro P. Sanca, Edmilson Intchama, Tchuda Bidinguilté, Nicola Viriato, Jeremias Demba, Barnabé Antume, Moisés Ialá e entre outros, pelo incansável apoio que me têm dado durante todos esses anos, me ajudando a permanecer firme. Não podia deixar de agradecer a minha amada filha Débora Aninakan Intumbo, quem me inspira todos os dias a seguir em frente, e por me permitir ficar longe por todo esse tempo aguentando a saudade que aperta o seu peito e sem poder sentir a tão desejada presença do pai.

Agradecer à Felicidade da Silva Pina, Vitoriana Iaratano, que estiveram comigo nos momentos mais difíceis, servindo de mães para mim e, minha querida filha. Ao meu tio materno Údana N'fango que me apoiou desde criança e aos meus professores e minhas professoras, assim como os meus colegas do Mestrado, ao NUPEGEM, GPACE e LUTA, pelo conhecimento adquirido durante as discussões dos grupos. Agradecer à Comunidade Evangélica Guineense na UNILAB e a todos/as os/as meus/minhas amigos/as que sempre estiveram comigo desde Bissau, Acarape/Redenção – CE e agora em Porto Alegre - RS Brasil, a todos, meus mais profundos e sinceros agradecimentos.

RESUMO

A pesquisa analisou o papel das Autoridades Tradicionais no processo de exploração dos recursos naturais na região de Cacheu, norte da Guiné-Bissau, com destaque para a exploração da areia pesada na secção de Varela, setor de São Domingos. Trata-se de um processo iniciado em 2013 com o anúncio do contrato de concessão para prospecção e exploração por parte do governo à uma mineradora Russa “Sociedade Poto Sarl”, sem que houvesse uma discussão prévia do assunto pelos legisladores, também violou as regras estabelecidas pela entidade reguladora de concursos públicos do país. Estas e outras questões provocaram a revolta das comunidades locais, lideradas pelas Autoridades Tradicionais, apoiadas por diferentes atores que exigiram a suspensão das atividades de exploração. Baseada na pesquisa bibliográfica e documental, adotamos a abordagem sociológica da construção de problema público, baseado no conceito de “público” de John Dewey, suportada pelas discussões de autores como Luc Boltanski, Louis de Quére, (Daniel Cefai) e entre outros. Ao analisarmos a relação Estado – Autoridades Tradicionais, compreendemos que esta relação se baseia numa troca de mão dupla, na qual o Estado precisa das Autoridades Tradicionais para garantir o apoio e a legitimação das comunidades locais, por outro lado, uma estrutura que precisa do Estado para reforçar o seu poder político na sociedade. No que diz respeito ao processo de exploração em Varela, constatamos que as Autoridades Tradicionais não tiveram uma atuação efetiva no processo, visto que não foram consultadas antes da assinatura do contrato. Porém, quando se trata da construção do problema público, esta estrutura de poder atuou ativamente no protesto contra a exploração, dirigindo as comunidades locais a protestarem contra a empresa, face aos impactos ambientais causados pela exploração. Desta feita, as Autoridades Tradicionais em conjunto com outros atores, como é o caso dos órgãos da comunicação social, sociedade civil e ambientalistas, atuaram ativamente na publicização de um problema com baixa visibilidade, transferindo-o da esfera privada à pública, passando a merecer a maior atenção do Estado. Esta publicização levou a Direção Geral de Concursos Públicos a suspender o contrato em 2014, sob alegação de descumprimento das regras estabelecidas pelo decreto-lei nº 2/2012, além de descumprir as recomendações da CAIA sobre impactos ambientais. Após um longo período de impasse entre a empresa e o governo envolvendo a justiça, a empresa foi admitida novamente a prosseguir com as suas atividades até o termino de contrato em dezembro de 2022, deixando a zona com problemas ambientais (salinização da água de consumo e a degradação das bolanhas), sem as perspectivas de solução.

Palavras Chaves: Estado; Autoridades Tradicionais; Areia Pesada; Impactos Ambientais; Problema Público.

Abstract

The research analyzed the role of Traditional Authorities in the process of exploring natural resources in the Cacheu region, northern Guinea-Bissau, with emphasis on the exploitation of heavy sand in the Varela section, São Domingos sector. This is a process that began in 2013 with the announcement of the design contract for prospecting and exploration by the government to a Russian mining company “Sociedade Poto Sarl”, without there being a prior discussion of the matter by legislators, it also violated the established rules by the country's public tender regulatory body. These and other issues provoked the revolt of local communities, led by Traditional Authorities, supported by different actors who demanded the suspension of exploration activities. Based on bibliographic and documentary research, we adopted a sociological approach to the construction of a public problem based on John Dewey's concept of “public”, supported by discussions by authors such as Luc Boltanski, Louis de Quéré, (Daniel Cefai) and others. When analyzing the State – Traditional Authorities relationship, we understand that this relationship is based on a two-way exchange, in which the State needs Traditional Authorities to guarantee the support and legitimization of local communities, on the other hand, a structure that needs the State to reinforce their political power in society. With regard to the exploration process in Varela, we found that the Traditional Authorities did not play an effective role in the process, as they were not consulted before signing the contract. However, when it comes to the construction of the public problem, this power structure actively acted in protest against exploitation, directing local communities to protest against the company, given the environmental impacts caused by exploitation. This time, the Traditional Authorities, together with other actors, such as the media, civil society and environmentalists, actively acted in publicizing a problem with low visibility, transferring it from the private to the public sphere, becoming worthy of the greatest attention from the State. This publication led the General Direction of Public Tenders to suspend the contract in 2014, alleging non-compliance with the rules established by decree-law n° 2/2012, in addition to failing to comply with CAIA recommendations on environmental impacts. After a long period of impasse between the company and the government involving the courts, the company was once again allowed to continue with its activities until the end of the contract in December 2022, leaving the area with environmental problems (salinization of drinking water and the degradation of the bubbles), with no prospects for a solution.

Keywords: State; Traditional Authorities; Heavy Sand; Environmental impacts; Public Problem.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Associação para o Desenvolvimento
ANP	Assembleia Nacional Popular
AT	Autoridades Tradicionais
BM	Banco Mundial
CAIA	Célula de Apoio ao Impacto Ambiental
CE	Comissão Europeia
CNE	Comissão Nacional das Eleições
CRE	Comissão Regional das Eleições
FD	Frente Democrática
FLING	Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IMVF	Instituto Marquês de Vale Flor
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
MATPL-GB	Ministério da Administração Territorial e Poder Local da Guiné Bissau
MLG	Movimento de Libertação da Guiné
MPLA	Movimento Popular para a Libertação de Angola
PAIGC	Partido Africano Para Independência de Guiné e Cabo Verde
PCD	Partido da Convergência Democrática
PRS	Partido da Renovação Social
PUSD	Partido Unido Social Democrata
RAU	Reforma Administrativa Ultramarina
RGB-MB	Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bafatá
SAB	Sector Autónomo de Bissau
UICN	União Internacional para Conservação da Natureza
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNTG	União Nacional de Trabalhadores da Guiné

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1: Mapa Administrativo da Guiné Bissau	19
Figura 2: Mapa Administrativo de Cacheu	21
Figura 3: Fórum de segurança, justiça e paz na região de Cacheu	51
Figura 4: Fórum Nacional de Poder Tradicional	52
Figura 5: Mapa de localização da parcela 12	65
Figura 6: Localização Autorizada	65
Figura 7: Protesto em Varela	71
Figura 8: Equipamentos usados para exploração em Varela	75
Figura 9: Local de exploração	76
Figura 10: Foz do rio Willim	77
Quadro 1: Fontes e links para consulta	16
Quadro 2: Distribuição da população da região de Cacheu	21-22
Quadro 3: Organograma de poder Estatal na Guiné Bissau	49
Quadro 4: Organograma de poder local na Guiné Bissau	49
Quadro 5: Atores envolvidos/interessados no processo de exploração	58

Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	17
3. SOCIEDADES/AUTORIDADES TRADICIONAIS E AS SUAS CONFIGURAÇÕES	24
3.1. Configuração das Autoridades Tradicionais Guineenses	28
Autoridades Tradicionais e a Administração Colonial	33
3.1.1. Papel das Autoridades Tradicionais na luta pela independência	38
3.2. As Autoridades Tradicionais no contexto pós-colonial	41
3.2.1. O processo democrático e a revitalização das autoridades tradicionais	45
3.2.2. A sobreposição do poder político entre o Estado e ATs	48
4. POLÍTICA DE EXPLORAÇÃO DE AREIA PESADA EM VARELA	54
4.1. Processo de exploração de areia pesada de Varela	59
4.2. Autoridades Tradicionais como atores no processo de exploração	66
5. MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM TORNO DE UM PROBLEMA	69
5.1. Preocupações ambientais e a publicização do problema	74
5.2. Conflitos e o fim da exploração em Varela	80
Considerações Finais	85
Referências	89

1. Introdução

A Guiné-Bissau é um dos países da costa oeste africano (África Subsaariana) que passou pela dominação portuguesa nos séculos passados. O antes conhecido território português em África (Guiné portuguesa) proclamou unilateralmente a sua independência em 24 de setembro de 1973 no interior da densa e fechada floresta de Boé, região de Gabú, depois de muitos anos de uma intensa luta armada pela liberdade do povo Guineense e Cabo Verdiano, desencadeada pelo movimento de libertação liderado pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sob liderança do seu carismático líder Amílcar Lopes Cabral, assassinado um pouco antes desse grande feito dos guerrilheiros Guineenses e Cabo Verdianos em 20 de janeiro do mesmo ano, tendo sido reconhecido como Estado independente pelo colonizador, apenas em 10 de setembro do ano seguinte.

Antes da chegada dos europeus, essa região da África Subsaariana conheceu uma configuração político-administrativa conformada por modelos políticos tradicionais-organizacionais. Essas organizações políticas hoje são conceituadas como Autoridades Tradicionais, que, independentemente da região, tinham formas comuns de atuação: gestão de terra, gestão de conflitos, administração da justiça baseadas nas práticas restaurativas e culturais, rituais ancestrais, por sua vez, as suas estruturas políticas se distinguem de uma sociedade para outra, tendo algumas delas estruturas mais estratificadas e as outras com menos estratificação (NÓBREGA, 2003; CAOMIQUE, 2020).

A etnia *mandjaku*¹, predominante na região de Cacheu, já contava, desde a época que antecedeu o colonialismo, com uma estrutura tradicional altamente estratificada, através da qual as Autoridades Tradicionais exerciam o controle socioeconômico e político sobre as suas comunidades (CAOMIQUE, 2020). O reino *mandjaku* (conselho de Cacheu), formado por 29 regulados² até o final do século XIX, tinha como a autoridade máxima o “rei de Bassarel”, que detinha grande influência sobre os outros regulados

¹ Trata-se de um dos múltiplos grupos étnicos do país, maioritário da região norte do país “Cacheu” conhecido como caminho de escravos pela utilização do seu porto para transportar escravos para outros continentes (Europa e América). Possui uma estrutura tradicional bem antiga e fortemente estratificada de liderança “matrilinear” liderada pelo “soberano de Bassarel” ou simplesmente rei de Bassarel *ver* (CARVALHO, 2000; CAOMIQUE, 2020).

² Trata-se de pequenos reinos *mandjaku* que compõem o grande reino da região de Cacheu, tendo como o líder máximo, o rei de Bassarel, a quem os outros respondem.

(DJALÓ, 2012), tratando-se de uma das mais antigas e mais estratificadas sociedades tradicionais Guineense.

Por seu turno, a mesma região contava com vários outros grupos étnicos com estruturas menos estratificadas, como é o caso dos balantas (brasse), felupes, entre outros. Nestes grupos, os líderes religiosos tinham autoridade, sendo responsáveis pela realização das cerimônias de invocação dos antepassados, e servindo de elo de ligação entre estes e as pessoas do mundo atual. Esses grupos também contam com lideranças familiares e grupos dos homens mais velhos (anciões), que compõem o conselho deliberativo dos assuntos da comunidade, evitando a concentração do poder em uma única figura, como acontece nos outros grupos com estruturas piramidais.

Este trabalho analisa a relação entre Estado (mais especificamente das representações formais locais) e comunidades locais, através das “Autoridades Tradicionais”, para entender o papel destas na exploração de recursos naturais na Região de Cacheu/Guiné-Bissau. Essa região fica ao norte do país e concentra uma diversidade importante de recursos naturais e minerais, floresta, arbustos, rios contendo pescados e outros recursos marinhos, areia pesada³ e, etc. Recursos importantes tanto para a sobrevivência econômica (PIB) do Estado quanto para a das populações locais que vivem deles e se encontram em uma situação desafiadora, de ausência de políticas sociais que visam à melhoria de suas condições sociais e humanas. Entretanto, a exploração de tais recursos acaba instaurando necessariamente um conflito, cujas negociações são mediadas por ONGs⁴, Autoridades Tradicionais e outras organizações que buscam soluções contemplando todos os grupos de interesse envolvidos.

O anseio pelo assunto nasceu de um acompanhamento diário das notícias nacionais, principalmente entre os anos de 2012 aos finais de 2018, quando se falou muito mais sobre o assunto da extração da areia pesada na secção de Varela. As notícias davam conta do início de um processo conturbado de exploração de recurso mineiro nesta zona sem que houvesse uma consulta pública às comunidades. O assunto não foi discutido previamente pelos representantes eleitos pelo povo (deputados da nação), o que suscitou posteriormente ondas de reivindicações das comunidades locais e da sociedade civil

³ Trata-se de um recurso muito valioso que permite a extração de vários metais usados nas indústrias tecnológicas, que incluem setores de aeronáutica e telecomunicação, no processo da sua exploração podem ser extraídos metais como zircão, rutilo e outros.

⁴ As ONGs mais atuantes na Guiné-Bissau e em particular na região de Cacheu são Ação para o Desenvolvimento (AD), que atuam mais nas áreas de desenvolvimento econômico, justiça, participação social e outras áreas, e a ONG “Timiguena” que atua nas áreas de preservação dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável das comunidades, todas elas são nacionais.

Guineense, que criticou fortemente a posição do governo em conceder esse território a uma empresa mineira Russa (Sociedade Poto Sarl) para extração da areia sem consultar previamente as Autoridades/comunidades locais. Ainda se falou da falta de estudo prévio que determinasse o impacto ambiental no decorrer desse processo, tendo sido o ponto mais criticado pelos ambientalistas. Deste modo, nasceu o interesse em pesquisar sobre o assunto e tentar compreender o processo como um todo e a forma como as ATs se posicionaram perante a situação.

Em Cacheu, as Autoridades Tradicionais conformam a principal representação das comunidades perante o Estado. Elas são indivíduos investidos de poder político para dirigir as suas comunidades, no plano social e espiritual, baseando as suas ações nas leis costumeiras e sua legitimidade nas práticas e costumes dos seus antepassados. Embora não exista na Constituição da República uma menção a seus direitos e deveres como representantes legítimos de suas comunidades, essas Autoridades são reconhecidas como “parceiras” do Estado na gestão de terra, de conflitos, e na administração da justiça “tradicional”. Algumas leis permitem usos e costumes nos tribunais setoriais⁵, desde que estes não estejam contrariando a Lei expressa. Como é o caso da Lei Florestal (Decreto-Lei n. 4-A/91) de outubro de 1991, no seu artigo 24º sobre as “Florestas Comunitárias”, que determinou que as práticas e direitos consuetudinários são reconhecidos e salvaguardados, perante os tribunais da Guiné-Bissau desde que estejam em conformidade com as disposições da Lei vigente e dos regulamentos destinados a substituir-lhes outras normas (GUINÉ-BISSAU, 1991). Da mesma forma, alínea *a* e *b*) do N.º 1, do artigo 2º da Lei Orgânica dos Tribunais de Sector (Decreto-Lei n.º 6/93, de 13 de outubro), garantem que nestes tribunais os usos e costumes não contrários à Lei expressa devem ser privilegiados (GUINÉ-BISSAU, 1993; GUERREIRO *et all*, 2011).

Nesse contexto, levantou-se como problema a ser investigado nesta pesquisa: Como as Autoridades Tradicionais se relacionaram com o Estado (administração formal local) ao longo do processo de exploração de areia pesada em Varela, Cacheu? Qual o papel das Autoridades Tradicionais na construção de problema público em Varela?

Para responder a essas perguntas, a dissertação tem como objetivo geral compreender a relação existente entre o Estado e as Autoridades Tradicionais no processo de exploração de recursos naturais na região nortenha de Cacheu (Guiné-Bissau). E como

⁵ Tratam-se de instituições judiciais sediadas nos sectores que compõem as 8 regiões do país, tendo sido espaço da maior presença dos conflitos ligados à tradição, o estado guineense permitiu usos e costumes na resolução de tais conflitos, desde que não contrapõe as leis modernas do Estado.

objetivos específicos: a) Caracterizar as transformações na relação entre as Autoridades Tradicionais e o Estado na Guiné-Bissau ao longo do período de invasão colonial e após a independência do país; e b) Entender o papel das Autoridades Tradicionais ao longo do processo de exploração de areia pesada em Varela – São Domingos (Cacheu), de modo a compreender a sua contribuição para a construção de “problema público” a partir de um problema local (comunitário).

Este trabalho se justifica na medida em que nos ajudará na compreensão das dinâmicas do campo político em África, sobretudo no contexto Bissau Guineense, explorando o papel que as estruturas do poder tradicional têm vindo a desempenhar no âmbito local. Essa compreensão é importante para averiguar de que forma pode se dar a sua inserção no processo de formulação e de implementação das políticas locais, assim também na discussão e na publicização de um problema localizado ao ponto de se transformar em um problema público “nacional”. Deste modo, esperamos contribuir para a compreensão do dinamismo do campo político na Guiné Bissau, marcada pela dualidade das estruturas do poder político, sendo uma Tradicional “pré-colonial” cuja legitimidade e exercício do poder segue os preceitos tradicionais, e, a outra “moderna” pós-colonial cuja legitimidade e poder se derivam dos preceitos legais. E, de que modo esta relação pode afetar o processo das políticas públicas no âmbito rural.

Considerados por Florêncio (1998) veículos das chamadas políticas locais em África pós-colonial, as Autoridades Tradicionais representam o principal decisor nestas comunidades. Sendo estes territórios marcados pela sobreposição destas duas autoridades cujo exercício do poder se assenta em domínios diferentes, de modo que as tomadas de decisões envolvem partes com visões diferentes, deixando cada vez mais conflituoso o espaço decisório e conseqüentemente a concretização das políticas públicas nestas localidades. Neste âmbito, torna-se imperativo compreender o papel desempenhado pelas Autoridades Tradicionais na construção de problema público em Varela, enquanto principais decisores das suas comunidades. Portanto, esperamos que os desafios e superações que estaremos apontando ao longo deste trabalho, contribuam para a compreensão do processo de políticas públicas nos territórios com sobreposições de poderes, visando apontar as possíveis soluções para situações parecidas.

Para a realização desta pesquisa, adotamos a abordagem qualitativa (GODOY, 1995, ZANELLA, 2011), para a obtenção, sistematização e processamento de dados, perspectivando maiores possibilidades de responder aos objetivos propostos. De acordo com as autoras, a pesquisa qualitativa é aquela pautada na análise de dados qualitativos,

buscando ampliar o conhecimento do investigador sobre os fenômenos sociais. Baseado nos objetivos acima referidos, elegemos a pesquisa exploratória, visto que permite-nos aprofundar o nosso conhecimento sobre o assunto em estudo.

Para tal, mobilizamos o levantamento bibliográfico que nos serviu de base para conceituarmos as Autoridades Tradicionais como atores importantes nas comunidades locais africanas, e apresentar o quadro histórico da formação das sociedades africanas e em particular, sociedades guineenses. Por outro lado, mobilizamos o levantamento documental para compreender o processo que culminou na obtenção da licença de exploração da areia em Varela pela empresa Russa (Poto Sarl), concedida pelo governo de transição da Guiné-Bissau. Nesta busca pelo entendimento do processo, fomos levados a visitar alguns sites de jornais do país e diferentes agências de notícias que acompanharam de perto o processo em Varela (TRIVIÑOS, 2015).

Quanto ao procedimento, escolhemos o estudo de caso como forma mais viável para a compreensão do objeto do estudo. Dada a complexidade que nosso objeto de estudo resguarda e a necessidade da utilização de múltiplas técnicas de coleta de dados requisitados no estudo de caso (MARTINS, 2008; GIL, 2010), além de levantamento bibliográfico que nos ajudou a definir a pesquisa com mais precisão, mobilizamos a pesquisa documental para compreender as mudanças na relação do governo com as Autoridades Tradicionais que representam a população local, e o seu papel na construção de problema público em torno da exploração da areia pesada em Varela - Cacheu.

Para investigar o processo de exploração de recursos naturais na região de Cacheu realizamos um levantamento documental na página do Ministério da Administração Territorial e Poder Local (MATPL⁶), no portal do Instituto Nacional de Estatísticas da Guiné Bissau (INE-GB). Também buscamos nas edições da Revista de Estudos Guineenses – Soronda, e em relatórios da ONG Tiniguena⁷ sobre as zonas de exploração. Buscamos principalmente informações relacionadas à exploração da areia pesada em Varela realizada pela “Sociedade Poto Sarl⁸”.

⁶ Ministério da Administração Territorial e Poder Local da Guiné Bissau, responsável pela indicação dos representantes do poder estatal nas regiões e setores, é a pasta que lida diretamente com as questões relacionadas ao exercício do poder local, principalmente nas tarefas de manutenção da ordem social, distribuição de propriedades de terra e entre outras tarefas que visam o bem-estar da população.

⁷ Organização não governamental Guineense, com atuação em áreas como soberania alimentar, saberes e prática da biodiversidade agrícola, juventude e cidadania, género e equidade.

⁸ Trata-se de uma empresa mineira com a qual o governo Guineense rubricou o contrato de arrendamento e mineração desde 2010, encarregada de exploração da areia pesada de Varela.

Na impossibilidade de deslocamento a campo para coletar dados primários através da entrevista com Autoridades Tradicionais e representantes do Estado, nos apoiamos em conteúdo produzido pelos jornais “Deutsche Welle (DW), O democrata GB”, Correio da Manhã (Cm), Diário de Notícias (DN) e diferentes blogs com informações consideradas fundamentais para a pesquisa. A coleta de dados nessas fontes utilizou como critério a busca por palavras-chave: Autoridades Tradicionais; Régulos; Exploração da Areia Pesada; Poder Local e Varela. A análise desses documentos teve como objetivo compreender o papel das Autoridades Tradicionais no processo recente de exploração dos recursos naturais em Varela, Cacheu.

A tabela abaixo apresenta as fontes consultadas pelo procedimento descrito acima:

Quadro 1. Fontes e links

https://www.facebook.com/profile.php?id=100063442226998&_cft	Rede Social do Ministério da Administração Territorial e Poder Local
https://www.stat-guinebissau.com/ine.html#	Página website do Instituto Nacional de Estatística da Guiné Bissau
https://www.youtube.com/channel/UCDINJhUuEy8B14pcMhIKdQg	Televisão da Guiné Bissau
https://www.cmjornal.pt/	Correio da manhã
http://www.tiniguenagb.org	Organização não governamental “Tiniguena”
https://www.dw.com/pt-002/not%C3%ADcias/s-13918	Página website do jornal “DW”
https://www.odemocratagb.com/	Página do jornal “O democrata GB”

A abordagem analítica adotada para analisar os dados da nossa pesquisa foi a análise de conteúdo, que de acordo com Franco (2005), o ponto de partida para uma análise de conteúdo é a própria “mensagem”, que pode ser oral ou escrita, como vídeos, áudios, documentos oficiais do governo, textos acadêmicos, relatórios das organizações não governamentais. No nosso caso, as fontes envolvem todos esses tipos de dados, por isso, acreditamos que a abordagem analítica escolhida tenha sido a melhor estratégia para uma análise eficiente dos dados.

Na análise seguimos as três diferentes fases listadas por Bardin (2016), a) fase de pré-análise; b) fase da exploração do material e c) fase do tratamento dos resultados, a inferência e interpretação. Na qual, a primeira fase se trata da organização e sistematização das ideias iniciais, marcada pela leitura flutuante e a seleção dos documentos a serem analisados, a segunda fase se refere ao maior envolvimento do pesquisador com os documentos, focando na codificação, decomposição ou enumeração

dos dados e, por último, a terceira fase destina-se ao tratamento de dados brutos de maneira a serem significativos e válidos. Neste processo, avaliamos o conteúdo dos documentos para compreender a relevância de cada um para o nosso estudo, com o propósito de responder às questões iniciais desta pesquisa.

Após analisarmos os dados acessados, percebemos que a relação Estado/autoridades modernas – Autoridades Tradicionais em três momentos (Colonial, Pós-colonial e contexto democrático), baseou-se nas diferentes estratégias de domínio/controlado das comunidades locais através destes atores, com os colonizadores a partir do governo indireto a se aliarem aos líderes comunitários munidos de poder e legitimidade enraizada na tradição, como forma ideal para controlar a população através desses colaboradores tradicionais. Do mesmo modo, o movimento independentista, focado na libertação do povo guineense, buscou aliança com as Autoridades Tradicionais como forma de conseguir recrutar os jovens para a frente da luta, esta aliança se manteve instável durante a luta. Após a independência, na tentativa de garantir o maior controle do território, associado ao medo de fragmentação social com base nos grupos étnicos, o PAIGC expulsou os líderes tradicionais do espaço de decisão política sem reconhecer o seu papel e o seu poder nas leis do país. Nas vésperas da abertura política, o PAIGC e os partidos recém criados se viram obrigados a criar alianças com esta estrutura de poder como forma de garantir o apoio massivo das comunidades locais, a relação que se observa até os dias atuais na Guiné-Bissau.

Além deste capítulo introdutório, esta dissertação conta com mais quatro capítulos além das nossas considerações finais. No próximo capítulo, apresentamos a contextualização histórica e alguns dados estatísticos do país, com ênfase para a região de Cacheu, foco da nossa investigação. No terceiro capítulo, discutimos sobre as sociedades africanas pré-coloniais e as suas configurações, em seguida, no quarto capítulo, discutimos sobre a exploração de areia pesada de Varela sob olhar de problema público. No quinto capítulo, abordamos a mobilização social em torno do problema “público”, e por fim, trouxemos as nossas considerações finais.

2. Contextualização

A atual República da Guiné-Bissau, situada na costa oeste da África (África subsaariana), possui limitação territorial ao Norte com a República de Senegal, ao leste e sul com a República de Guiné Conacri e banhado ao Oeste pelo oceano atlântico. Conta com uma superfície de trinta e seis mil e cento e vinte e cinco quilômetros quadrados (36.125 km²), que, pela situação geográfica do país, apresenta uma altitude relativamente baixa ao nível médio das águas do mar. Apenas 27.700 km² constituem a terra emersa, o seu território marítimo tem uma extensão de 150 milhas, a contar da baía de Varela à Caió (região de Cacheu), sudoeste da ilha de Onhocomo à sudoeste da ilha de Orango e do leste da ilha de João Vieira ao sudoeste da ilha de Canhabaque⁹ (região de Bolama). Esta baixa altitude fez com que cerca de 150 km de terra fosse penetrada pelas marés fluviais, impossibilitando, de forma parcial ou total, o acesso a essas áreas, principalmente nas épocas chuvosas (INE, 2013; 2017).

O país está dividido em duas regiões, uma continental e uma insular, e três zonas essenciais, sendo uma delas caracterizada por planaltos ligeiramente ondulados, outra de planalto e de colinas localizadas na região leste de Gabú, sector de Boé, com cerca de 300 metros de altitude e, uma zona insular a oeste, que alberga toda a região de Bolama (*tchondi budjugu*), composta por cerca de 90 ilhas e ilhéus, tendo sido apenas 17 delas habitadas. Conta com duas estações anuais: a estação de “chuva” que ocorre entre os meses de maio e outubro, e a estação de “seca”, de novembro a meados do mês de maio. Possui um clima tropical (quente e úmido) com temperatura média em torno dos 27,7°C e umidade relativa do ar aproximadamente 69,5%. Possui solo propício para a prática agrícola principalmente nas épocas chuvosas, sendo um país costeiro, conta com numerosos rios entre os quais os mais importantes Cacheu, Mansoa, Corubal e Geba. Estes rios são considerados as melhores vias de penetração no interior e os lagos que facilitam a produção agrícola, principalmente a produção de arroz nas bolanhas (arrozais alagados) das regiões e nas redondezas da capital do país (INE, 2017; CAOMIQUE, 2022).

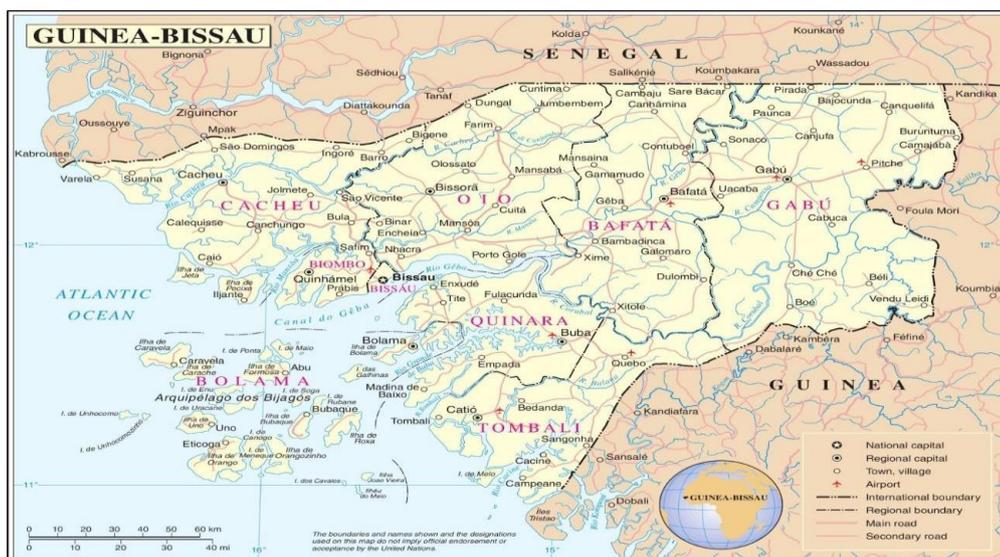
O governo colonial aprovou, em 1963, o estatuto político-administrativo da Guiné, estabelecendo o ordenamento territorial que dividiu país em nove conselhos: Bafatá, Bissau, Bissorã, Bolama, Cacheu, Catió, Farim, Gabú e Mansoa. Além de três

⁹ Baía de Varela (12° 12' N 16° 29',6 W) à Caió (11° 50',7 N 16° 20',2 W); Sudoeste da ilha de Onhocomo (11° 16',4 N 16° 20',2 W) à Sudoeste da Ilha de Orango (11° 1',5 N 16° 11' W); Leste da Ilha de João Vieira (11° 2',7 N 15° 36',5W) ao sudoeste da Ilha de Canhabaque (10° 54' N 15° 6',3 W). Ver (INE, 2017).

circunscrições: Bijagós (*tchon di budjugu*), Fulacunda e São Domingos. Esta ordenação territorial se manteve até aos dias que se seguiram à independência do país (BAYAN, 2015).

Após a independência, o ordenamento territorial do país foi ajustado, o território foi dividido administrativamente em três (3) províncias, Norte, Leste e Sul, divididas em oito (8) regiões com exceção da capital Bissau (SAB): Bafatá, Biombo, Bolama (Ilhas/*Tchon di Budjugu*), Cacheu, Gabú, Oio, Quinara e Tombali, subdivididos em setores e secções (Guiné-Bissau, 1996; INE, 2013; 2017), como se pode constatar na figura 1.

Figura 1: Mapa administrativo da Guiné Bissau



Fonte: Enciclopédia global¹⁰

Ademais, o país conta com uma grande diversidade “étnico-cultural”, ou seja, o país conta com cerca de (30) grupos político-identitários. A população é de um milhão e novecentos e sessenta e oito mil (1.968.000) habitantes distribuídos por todo país (Unicef, 2019).

O país conta com a língua Guineense, nacionalmente chamada de “Kriol¹¹” que serve de ligação entre as muitas etnias que compõem a sociedade Guineense. Além desta língua nacional, o país tem como língua oficial o Português, como os restantes países colonizados pelo império português. Esta, até os dias atuais, é falada pela menor parcela da população, o que se deve à inacessibilidade ao sistema educativo, pois a minoria falante é constituída de pessoas com alto nível de escolaridade. Dentre os múltiplos

¹⁰ Disponível em <https://www.megatimes.com.br/>. Acesso em 24 de agosto de 2022.

¹¹ Trata-se da língua falada entre os diferentes grupos étnicos do país que não se conseguem comunicar em outras línguas diferentes, ela é tida como a língua da unidade nacional.

grupos étnicos do país, os majoritários são: Fula 24%, Balanta 23%, Mandinga 14%, Mandjaku 12% e Pepel 9%, que, somados constituem 82% da população Guineense (MEN, 2015 *apud* CAOMIQUE, 2022).

Situada na província norte do país, a região de Cacheu pode ser considerada um território sagrado da religião tradicional e o ponto focal das peregrinações de milhares de pessoas vindas da sub-região (CROWLEY, 1990), principalmente dos *mandjakus*, *mancanhis* e *felupes*, da Gâmbia e da República de Senegal, tendo uma fronteira terrestre com a segunda no setor de São Domingos. É uma região historicamente marcada pelo tráfico de escravos para as ilhas de Cabo Verde e, posteriormente, para as américas, principalmente para o Brasil. Isso fez com que a região ganhasse o nome da “costa dos escravos” por servir de embarque de milhares de pessoas escravizadas (homens, crianças e mulheres) a partir da edificação, em 1558, daquela que seria a primeira feitoria da região, nas margens do rio Cacheu (VASCONCELLOS, 2010).

Nos últimos anos tem-se realizado um festival cultural intitulado “caminho de escravos”; um momento não só para cantar e dançar, mas também, serve de reflexão para a nova geração, visando fomentar a reconexão dos afrodescendentes para com a sua origem. Em novembro de 2010, sob a organização da ONG “Ação para o Desenvolvimento” (AD¹²), no quadro do projeto “O percurso dos Quilombos: da África para o Brasil e o Regresso às Origens”, realizou-se a primeira edição do festival de Cacheu, patrocinado pela Comissão Europeia (CE) e Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF¹³), de Portugal. O evento reuniu várias figuras ligadas à cultura guineense (música, dança, arte, teatros, cinema etc.) com a duração de uma semana, tendo decorrido entre os dias 18 a 25 do mesmo mês (BUALA¹⁴, 2010).

Até os dias atuais, a cidade de Cacheu é conhecida como caminho dos escravos, memória que permanece intacta entre os Guineenses. A cidade conta atualmente com um “memorial da escravatura e tráfico negreiro”, um edifício construído junto ao porto ainda na era colonial, reparado e inaugurado no dia 08 de julho de 2016 pela ONG “Ação para Desenvolvimento” (AD), sob financiamento da União Europeia, além do apoio popular que contribuiu na reedificação do mesmo. A instalação é um antigo edifício da Casa

¹² É uma organização não governamental Guineense que luta para a promoção de desenvolvimento e justiça, com sede em Bissau, Bairro de Quelelé.

¹³ Trata-se de uma fundação para o desenvolvimento e a cooperação, criada em 1951 como instituição privada de utilidade pública, atua nos domínios de cooperação, cidadania global e desenvolvimento.

¹⁴ <https://www.buala.org/pt/vou-la-visitar/festival-cultural-cacheu-caminho-de-escravos> acesso em 03/10/2022.

Gouveia, com pavilhão multiuso, além de preservar alguns artefatos do tempo da escravatura.

Figura 2. Mapa administrativo de Cacheu



Fonte: Enciclopédia livre¹⁵

Atualmente a região está dividida administrativamente em seis setores que se subdividem em secções. Deste modo, ela conta com os seguintes setores: Bigene, Bula, Caió, Cacheu, Canchungo, e São Domingos (INE, 2009). Nesta pesquisa iremos nos focar no último setor. Mais especificamente, na exploração da areia pesada na secção de Varela, que tem vindo a suscitar muitas contestações das comunidades e, em especial, da camada juvenil.

De acordo com os dados da INE (2009), a população da região de Cacheu estimava-se em cento e oitenta e cinco mil e cinquenta e três habitantes (185.053 hab), distribuídos entre os seis setores que se subdividem em secções e tabancas. A região é a quarta maior do país, com cerca de 5.174,9 km², que corresponde a 14,3% do território Guineense (BRITO, 2006). O quadro abaixo ilustra a distribuição da população na região de Cacheu.

Quadro 2. Distribuição da população na região de Cacheu

Localidades	População residente	%
Sector de Bigêne	51.412	27,78
Sector de Bula	29.557	15,97
Sector de Cacheu	43.709	23,62

¹⁵ Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cacheu_sectors.png. Acesso em 01/09/2022.

Sector de Caió	12.696	6,86
Sector de Canchungo	18.563	10,03
Sector de São Domingos	29.116	15,73
Região de Cacheu	185.053	100

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Ine (2009)

À imagem do país inteiro, bem como de todo o continente africano, a região de Cacheu apresenta uma complexidade social e linguística, tendo assim, no mesmo território, vários grupos étnicos, entre os quais os majoritários são *mandjakus*, *felupes* (*djolas*), *mancanhis* (*bramas*), *balantas* (*brasse*), e outras etnias minoritárias ligadas aos casanga, aos cobiana etc. Essas diferenças correspondem aos diferentes sistemas de exercício de poder político, que variam de comunidade em comunidade, algumas com um formato mais estratificado, com lideranças demarcadas, como é o caso dos *mandjakus*, e os outros com lideranças menos visíveis, onde figuram os *balantas* (CROWLEY, 1993; NÓBREGA, 2003).

Essas diversidades étnicas e dos sistemas políticos integradores de diferentes sociedades permitiram que os nativos da região conseguissem lidar com a presença estrangeira, isto é, com a chegada dos portugueses no litoral por via de comércio, sem que tivessem que alterar a sua forma de organização, que seguia sendo diferente de sociedade em sociedade (CROWLEY, 1990). O centro principal do poder do reino *mandjaku* encontrava-se em *Bassarel*, onde os portugueses se viram obrigados a pagar uma renda ao rei da “Mata” e ao chefe de “Mompata¹⁶” pela sua instalação em Cacheu (NÓBREGA, 2003). Isso revela claramente o quanto os líderes comunitários ainda exerciam os seus poderes no território.

Já nas zonas ocupadas pela sociedade *felupe*, sendo este povo guerreiro e muito temido pelos vizinhos e pelos estrangeiros, pela sua hostilidade para com estes, os portugueses não tiveram chances de diálogos e de negociações comerciais, mesmo tendo tido contato pela primeira vez ainda em 1446, na zona costeira de Varela – São Domingos (BAYAN, 2015). Antes da colonização, a sociedade *felupe* não contava com uma estrutura hierarquizada de poder, sendo ele exercido de forma menos visível. Em outras palavras, o poder era partilhado, ou seja, esta sociedade se encontra entre os grupos

¹⁶ Tratam-se de dois dos pequenos reinos que compunham o Soberano de Bassarel.

denominados horizontais (anarquia organizada), contando com conselho de anciãos e líderes religiosos como os principais tomadores de decisão.

O ano de 1911 foi marcado pela abolição da monarquia e implementação da República Portuguesa, que marcou a dominação efetiva do colono sobre a Guiné. A administração colonial portuguesa desencadeou campanhas militares lideradas pelo major Teixeira Pinto, entre 1912 e 1915, que contou com apoio de grande número de auxiliares africanos, visando conquistar as grandes chefaturas que continuavam resistindo à dominação portuguesa. Atingiu e derrotou, em 1914, aquela que seria a mais forte congregação dos chefes locais que compõem o reino *mandjaku* pré-colonial (Soberano de Bassarel¹⁷ - Cacheu). Nesse momento, o poder colonial buscou se impor usando os líderes tradicionais como agentes de controle comunitário, arrecadação de impostos, recruta de mão-de-obra para trabalhos forçados não remunerados, ou substituindo-os pelos agentes da sua confiança (NEWITT, 1981 *apud* CARVALHO, 2000; CROWLEY, 1993; CAOMIQUE, 2020; 2022).

Com a dominação colonial e a conseqüente instalação do seu aparelho administrativo, passou-se a existir dois sistemas político-administrativos: o “moderno” colonial e o “tradicional” pré-existente em toda a África Subsaariana (LOURENÇO, 2006; MENESES, 2009), e, em especial na Guiné Bissau. Nessa altura, o Estado colonial procurou implantar nas suas colônias um sistema de co-território¹⁸ expresso em um aparelho administrativo complexo, interferindo grandemente na vida política, social e econômica dos povos colonizados (LOURENÇO, 2009).

A intervenção do poder colonial em territórios dirigidos pelas Autoridades Tradicionais se deve ao discurso baseado na eficácia administrativa (FLORÊNCIO, 2011). O grande objetivo dos governos coloniais era o de se beneficiarem dessas estruturas do poder tradicional, sem que essas pudessem se adaptar às novas oportunidades de ocupar os espaços de decisão e aos novos desafios sócio-políticos, como aconteceu e vem acontecendo ao longo dos tempos no campo político em África (LOURENÇO, 2006). Essas adaptações das estruturas tradicionais às novas situações, acontece devido à impressionante adaptabilidade à mudança das “sociedades tradicionais”, e, à sua reflexividade que não parece ser diferente das “sociedades modernas” (HERNAES, 2016).

¹⁷ Era o centro (fortaleza) do reino *mandjaku* da época pré-colonial, onde ficava a figura principal do poder desse grupo, o reino este constituído por 29 regulados.

¹⁸ Refere-se à divisão do território em dois (2): o urbano e o rural (2009).

3. SOCIEDADES/AUTORIDADES TRADICIONAIS E AS SUAS CONFIGURAÇÕES

Neste capítulo apresentamos as sociedades tradicionais pré-coloniais africanas, as suas configurações e as relações que têm vindo a manter com as autoridades formais ao longo dos tempos, buscando caracterizar como entidades de poderes políticos com mecanismos de legitimidade distintos, atuam em espaços compartilhados.

Os povos africanos vêm se juntando ao longo dos milênios, construindo sociedades autônomas que remontam ao aparecimento dos primeiros homens, que unicamente pela sua vitalidade é testemunha da gênese histórica de seus autores (HAMA e KI-ZERBO, 2010). Com o passar dos tempos, as sociedades delineiam as suas estruturas de lideranças e organizam o modo como se dá a convivência entre os membros destas pequenas sociedades comunitárias que compõem o continente-berço.

Essas estruturas se baseavam em constante relação entre os líderes e os liderados, sendo as decisões tomadas coletivamente em forma de voto público. Na África pré-colonial verificou-se a coexistência de uma complexa variedade de comunidades sócio-políticas, sendo que, cada qual dispõe e desenvolve sistemas de autoridades específicos de acordo com a sua organização social, determinando os seus agentes políticos que hoje conceituamos de Autoridades Tradicionais (LOURENÇO, 2006).

Em algumas sociedades havia figuras de líderes, ou seja, eram sociedades com órgãos governativos, onde as diferenças de classes se faziam sentir e a configuração política era visível. Em outras, existiam responsabilidades individualizadas, “as responsabilidades ou o poder não se centravam numa pessoa ou em alguma liderança”. Essas sociedades se diferenciavam entre “centralizadas/verticais” e “descentralizadas/horizontais”. As primeiras contavam com uma máquina administrativa, instituições judiciais e os tribunais, ao passo que as segundas não contavam com esses órgãos de forma estruturada, mas, isso não quer dizer que fossem sociedades desorganizadas (NÓBREGA, 2003; FORTES e PRITCHARD, 1950; AYITTEY, 2006 *apud* CAOMIQUE, 2020).

Essa divisão das sociedades feita pelos antropólogos das metrópoles é criticada por alguns autores, entre os quais Caomique (2020), que considera esta classificação muito reducionista ao desconsiderar as diferenças (heterogeneidade) das sociedades africanas. O que teria resultado em uma visão simplificada de uma sociedade muito antiga, com suas formas distintas de governação, diferentes crenças religiosas e muitos outros aspectos que diferem essas sociedades comunitárias africanas. Considerando isso,

podemos afirmar que algumas sociedades são mais estratificadas que as outras, mas isso não significa que aquelas menos estratificadas fossem sociedades sem lideranças, mas sim de lideranças menos visíveis.

Debatendo a questão relacionada à divisão das sociedades africanas pré-coloniais e as suas formas de exercício de poder, Sesay (2014) *apud* Caomique (2022) dividiu-as em três grupos: no primeiro grupo figura o sistema político piramidal centralizado, aquele que Fortes e Pritchard (1950) chamam de sistemas centralizados, ou seja, os sistemas verticais na visão de Amílcar Cabral (1974). Sesay afirma que este sistema comporta extensos impérios governados por reis com poderes quase absolutos. No segundo grupo encontra-se o sistema político razoavelmente centralizado, que, embora conte com estruturas piramidais, é formado por Estados (reinos) de médio porte. No terceiro e último grupo figuram os sistemas que o autor designa de sistemas altamente dispersos, que se enquadram nos sistemas designados “descentralizados” por Fortes e Pritchard (1950) ou “horizontais” por Cabral (1974), no qual o exercício do poder acontece em níveis de aldeias, pequenas cidades, tabancas, moranças, etc. Neste sistema político, não há presença de uma estrutura de poder centralizada como nas duas anteriores (SESAY, 2014 *apud* CAOMIQUE, 2022).

Além da classificação feita pelos autores, podemos também olhar para o termo “tradicional” ou “autoridade tradicional”, que ao longo dos tempos têm sido utilizados na literatura como opostos de “moderno” ou de “autoridade moderna”. Desta feita, falar das Autoridades Tradicionais ou do(a) “tradicional/tradição”, nos remete a pensar em algo retrógrado (estagnado, estático, não civilizado, etc.), ou seja, o que vai contra o progresso/desenvolvimento ou o que contrapõe à modernidade. Tudo porque fomos levados a pensar assim, pelas teorias e comparações feitas entre o “moderno” e o “tradicional” e, da forma como os termos são recorrentemente colocados nas literaturas. Com isso, compreende-se pela visão colonial (eurocêntrica) que tudo o que é tradicional representa algo ruim/negativo, e o moderno se entende por algo bom/positivo. Através desses estereótipos, a ideologia de modernidade tornou-se numa linguagem de dominação, usado pelos colonizadores na sua “missão civilizatória” para com as sociedades africanas (HERNAES, 2016).

Deste ponto de vista, Hernaes (2016), afirma que a tradição muitas vezes é associada a uma “maneira antiga” de fazer de um povo, algo fora do tempo atual. Por seu turno, o moderno é considerado algo mais atual (novidade). Estas comparações carregam muitas outras oposições que podem ser combinadas de forma binária, como “retrógrado”

versus “progressista”, “estático” em contraposição ao “dinâmico”, e todo um conjunto de terminologias que opõem o tradicional do moderno.

Embora o foco do nosso estudo não esteja sobre a oposição entre o “tradicional” e o “moderno”, essa discussão é relevante para o processo que estamos estudando, o lugar das Autoridades Tradicionais no momento presente, e sua participação política nas decisões sobre exploração de recursos naturais em Cacheu. Vale ressaltar que a heterogeneidade verificada nas sociedades africanas, torna complexa a definição dessas sociedades em verticais e horizontais, porém, baseada na literatura apresentada nesta pesquisa, faz-se necessária a utilização dessa divisão para compreendermos a atuação desses atores em diferentes sociedades. Para tanto, seguimos a definição de Florêncio (1998), que caracteriza as Autoridades Tradicionais como grupos ou indivíduos investidos de um poder legal institucionalizado ou baseado nos princípios de ancestralidade, seja político ou outro tipo de poder, aceito pela sociedade/comunidade. Lembrando que se tratam das instituições pré-coloniais africanas.

As Autoridades Tradicionais, consideradas por muitos autores como fenômeno de transformação, portam consigo uma historicidade efetiva de uma interação política transversal em termos temporais em relação a várias épocas históricas e a diferentes contextos políticos (LOURENÇO, 2006).

A designação líderes/Autoridades Tradicionais, no entender de Caomique (2020), se refere aos indivíduos detentores do poder político nas comunidades. São legitimados com base na tradição, e contam com costumes, moral, valores sociais e culturais como elementos excepcionais que garantem legitimidade para a pessoa dirigir assuntos da sua comunidade. Salienta-se ainda que este tipo de sistema procura aproximar os líderes/governantes dos liderados/governados, vivendo num ambiente de respeito mútuo e de procura de igualdade social e de imparcialidade nas tomadas de decisões sobre a comunidade.

De acordo com Lourenço (2006), as Autoridades Tradicionais comportam uma estrutura e uma legitimidade para atuarem como representantes das suas populações rurais. Legitimidade esta que, no olhar de Meneses (2009), é garantida por aqueles que governam seguindo normas não estatais, ou baseadas nas normas que não são dos Estados “modernos”.

A ascensão ao poder nos sistemas políticos africanos (nos sistemas com estrutura política piramidal), e a sua conseqüente legitimação, segue um processo ritualístico baseado na observância do quadro normativo costumeiro vigente nas comunidades, sendo

necessário o seguimento de normas e valores que representam a comunidade e os seus ancestrais, não devendo qualquer um ascender ao poder fora desses preceitos normativos e valorativos, sob pena de enfrentar punições físicas ou morais pelo ato cometido. A indicação de um líder não se refere apenas às questões sociais, ou seja, a sua missão não passa apenas por exercer poderes políticos e de direção da sociedade, mas também a de servir de elo de ligação do povo com as instâncias espirituais (CAOMIQUE, 2022).

De acordo com Lourenço (2006), as Autoridades Tradicionais não podem ser entendidas como adversários do poder estatal, pois dispõem de um espaço político-administrativo próprio de exclusiva autoridade e legitimidade que é exterior ao Estado, ou seja, sua autoridade e legitimidade dependem das Leis Costumeiras¹⁹. Lourenço (2006, p. 24) salienta que “as Autoridades Tradicionais asseguraram-se de uma prestação à legitimidade cerimonial insubstituível nos diversos rituais mágico-religiosos locais”. Elas utilizam a paráfrase “Nós somos guardiães das nossas tradições” para explicar a sua legitimidade. Portanto, o poder e a autoridade nas sociedades tradicionais africanas estão inseridos na tradição e, por ela são explicados (BAYAN, 2015).

Quando as Autoridades Tradicionais falam em “tradição” não se referem apenas a uma prática cultural “retrógrada”, como várias vezes é entendido, mas falam de conjuntos de valores e crenças que mantêm vivas as suas sociedades tendo o tempo “passado” como “guia”. Nestas sociedades, falar do passado não é apenas falar do tempo em si, mas de acontecimentos e de pessoas que marcaram e continuam a marcar a história de um povo, por isso, para elas, não se pode falar de tempo presente e das pessoas a ele pertencentes sem se referir ao passado e aos antepassados.

Ainda de acordo com Lourenço (2006), a legitimidade das Autoridades Tradicionais se deve muito à sua linhagem, que é assegurada pela posição dos seus antepassados, principalmente nas chefaturas que possuem estruturas fortemente estratificadas, deste modo, o autor afirmou o seguinte:

No caso específico da chefatura, [...] o chefe tradicional, para além de ser um gestor global de consensos, assume já as funções específicas: rituais, militares, mágico-religioso e política [...] A sua autoridade tem um carácter místico que deriva da descendência do primeiro antepassado e o seu peso é maior se a relação é levada até à identificação pessoal com o antepassado venerado [...] Com efeito, nestas sociedades, o “soberano-divino”, [...] detém a autoridade em virtude do fundamento tradicional, do carácter hereditário e de um mandato recebido do céu, dos deuses e dos antepassados reais que lhe permite atuar em nome da

¹⁹ São regras baseadas nos costumes dos antepassados, o seu cumprimento é garantido por todos na comunidade ou pelos líderes, principalmente pelos anciãos e líderes religiosos.

“tradição” considerada inviolável, e exigir uma submissão cuja quebra equivale a sacrilégio social (LOURENÇO, 2006, p. 39-40).

Deste ponto de vista, podemos afirmar que nas sociedades africanas, o passado e as gerações pertencentes a ele não estão perdidos no presente. Ou seja, o passado está diretamente ligado ao presente através de cultos aos ancestrais que se mantêm sempre presentes com uma influência muito grande ou até maior do que a que tinham na sua época, sendo, no presente, agentes privilegiados dos negócios que correm séculos depois deles (HAMA & KI-ZERBO, 2010). Os autores afirmam ainda que, existe no africano (seguidor da tradição) a grande vontade de sempre invocar o passado que lhe serve de justificação, pois para ele, se a história é a justificação do passado, ela é também a exortação do futuro.

Deste modo, o passado de um povo permanece vivo durante séculos através dos ensinamentos passados às gerações, devido à grande importância que a oralidade tem no contexto africano, tendo os mais velhos como fonte de informações que datam de séculos antes deles. Essas histórias repassadas aos mais novos leva à preservação da cultura, da organização política e de tudo que liga essa geração com a passada, fazendo dos ancestrais, o centro da vida dos povos que vieram depois deles.

3.1. Configuração das Autoridades Tradicionais Guineenses

Em busca de uma convivência sã, algumas sociedades tradicionais buscaram eger figuras de liderança, atribuindo-lhes poder de decisão sobre os assuntos sociopolíticos e espirituais das suas comunidades, seguindo uma lógica de sucessão do poder baseada na lei costumeira, que determina a linhagem reinante e as formas de sucessão. Estas sociedades são classificadas como sociedades com estratificação social, em outras palavras, de tipo piramidal, ao passo que em outras, as estruturas de poder são menos visíveis e as decisões são tomadas por conselho de anciãos, constituída por membros seniores das linhagens que compõem a comunidade.

As sociedades tradicionais Guineenses contam atualmente com várias figuras que compõem a estrutura do poder político tradicional, dentre os quais destacamos aqui as seguintes figuras: régulo, chefe de tabanka, chefe de morança, comité de tabanka, conselho de anciãos (omis garandi) e lideranças religiosas.

Régulo é a figura instituída nos pequenos reinos e chefaturas com a estratificação mais visível como responsável máximo da comunidade, responsável pela administração

de questões sociais e judiciais. Devido à diversidade das sociedades tradicionais guineenses e às diferenças apresentadas nas suas formas de exercício de poder, algumas sociedades não contam com esta figura (BAYAN, 2010; GUERREIRO, 2018).

O termo régulo foi utilizado pela administração colonial para designar os responsáveis comunitários pré-existentes ou líderes tribais, a quem utilizaram durante todo o período da sua administração como elo de ligação com a população local, atribuindo-lhes a responsabilidade de recolher impostos de palhota, recrutar os jovens para trabalhos não remunerados, entre outras tarefas. Os régulos nos dias atuais atuam de forma independente do poder do Estado, responsabilizando-se por: administração dos seus territórios, manutenção da ordem social, divisão de terras para atividades agrícolas, administração da justiça. Em alguns casos, serve de órgão de recurso à decisão dos outros órgãos decisórios da sociedade, como de chefe de tabanka, chefe de morança etc., (BAYAN, 2010; CARVALHO, 2009; GUERREIRO *et al* 2011; GUERREIRO, 2018 e QUADE, 2021).

Chefe de tabanka, é o responsável pelas decisões ligadas à tabanka, lembrando que estas conformam pequenas povoações que compõem as sociedades tradicionais, deste modo, o chefe de tabanka está em um grau inferior em relação ao régulo. Ele se encarrega da administração da justiça local, principalmente dos casos menos graves, em caso de existência de régulo, ou seja, ao se tratar de uma sociedade que conta com a figura do régulo, o chefe de tabanka trabalha em colaboração com ele (GUERREIRO, 2018; QUADE, 2021).

O chefe de tabanka, em algumas comunidades é designado à pessoa fundadora da aldeia, ou descendente da família fundadora (neste caso teria que ser o filho mais velho). Trata-se de uma pessoa com conhecimento da história e das práticas das pessoas que já viveram nesta comunidade, a sua indicação é feita pelo conselho de anciãos avaliando as suas práticas e a influência que exerce sobre os restantes membros, que lhe torna digno de exercer qualquer cargo de liderança.

Chefe de morança, é apenas responsável pelo seu grupo familiar, isto é, se trata de um responsável familiar que busca orientar os mais novos a seguirem os princípios socioculturais da comunidade, para tanto, ele tem o poder de gerir a sua morança, pelo que, a sua competência se restringe na resolução dos assuntos da sua família (GUERREIRO, 2018). No entanto, este líder familiar não deixa de ser importante aos olhos da comunidade, pois, as comunidades tradicionais consideram a família como a primeira instituição da sociedade, a qual é a base de uma boa convivência, razão pela qual

estes líderes se mantêm sempre preocupados com a reputação da sua família, pois qualquer comportamento inapropriado de um dos membros é atribuído à família.

Comitê de tabanka, é uma figura criada pelo PAIGC para servir de elo de ligação entre o Estado e as sociedades tradicionais. Algumas etnias do país não lhe reconhecem como parte da estrutura tradicional, pois sua instituição não se baseia nos princípios que norteiam a sua convivência “princípios da ancestralidade”. Todavia sua importância e influência na comunidade é algo inquestionável, pois serve de ligação entre a tabanka e o poder local do Estado, contribuindo na resolução das questões sociais (resoluções de conflitos, representação da comunidade), desde que não envolvam a parte espiritual (CAOMIQUE, 2022; GUERREIRO *et al*, 2011; GUERREIRO, 2018). Este ator atua em coordenação com outros atores tradicionais, figurando como responsável pelas relações exteriores das comunidades, respondendo aos outros atores escolhidos com base na tradição.

De acordo com Quade (2021), a designação de um comitê de tabanka acontece por escolha pública (assembleia comunitária), a partir da convocação de uma reunião por parte do conselho de anciãos (*omis garandi*) e a indicação do candidato ao cargo. Essencialmente, a sua função é de ligar a comunidade com os representantes do poder local do Estado (governadores de regiões, administradores de setores etc.) e as outras comunidades, além de resolver as questões materiais do interesse da comunidade. A sua função, diferentemente das outras figuras, não é vitalícia, portanto, em caso de sua ausência prolongada, doença, ou comportamento que se julga incompatível com as suas funções, o conselho convoca novamente uma reunião que determina a sua substituição.

Conselho de anciãos, é o grupo dos homens mais experientes da comunidade, que compõe o conselho que consubstancia o órgão consultivo do régulo ou do chefe de tabanka, a depender da sociedade e do modelo político em que se encontra (GUERREIRO, 2018). De acordo com Quade (2021), trata-se de uma espécie de “corpo de conselheiro do chefe da Autoridade Tradicional”, que conta com os homens mais velhos, que já passaram pelos rituais de passagem (*fanádo*), além de contarem com boas condutas dignas de respeito de toda a comunidade para formar o quadro dos decisores da comunidade.

O conselho de anciãos de acordo com Ayithey (2006) *apud* Caomique (2022), é formado pelos membros das linhagens que compõem a comunidade, deste modo, o número dos membros do conselho reflete as linhagens existentes na sociedade, pois cada ancião pertence a uma linhagem. Esta afirmação nos revela mais uma vez a importância

da família nas comunidades tradicionais africanas, pois são os líderes das famílias que compõem este conselho consultivo das autoridades tradicionais. Considerados símbolos de sabedoria em muitas sociedades, as outras figuras do poder tradicional, principalmente Régulos e Chefes de Tabanka procuram mantê-los por perto, para servirem de auxílio nas tomadas de decisões de extrema dificuldade.

Quanto às lideranças religiosas, várias comunidades já contam com elas como parte da estrutura do poder tradicional, pelo papel desempenhado nas resoluções de conflitos. Nas sociedades islamizadas, os Imames têm um papel preponderante na construção de uma boa convivência além das suas tarefas de caráter espiritual, pois tratam-se de líderes com uma conduta que preza para a união dos membros da comunidade e promove o diálogo baseado nos princípios religiosos, que orientam para perdão, paz, unidade.

Outros responsáveis religiosos que também podem ser considerados como parte do que estamos chamando de estruturas tradicionais, são os líderes espirituais das sociedades tradicionais, como “*djambakusis*”, “*balobeiros*”²⁰, entre outros, que usam os seus poderes para comunicar com os antepassados. Estes fazem parte da vida cotidiana dos membros das comunidades, pois a partir deles a população consegue consultar os seus ancestrais e manter a ligação entre os dois mundos buscando compreender a vontade destes. Deste modo, podemos afirmar de forma resumida que as Autoridades Tradicionais conformam todos os indivíduos instituídos de poder de decisão sobre uma determinada comunidade, legitimados pela população com base na tradição, que usam sua influência para garantir o bem-estar da comunidade, sobretudo na luta pela unidade e solidariedade entre os membros da comunidade.

Vale ressaltar que a atuação das Autoridades Tradicionais e a organização das sociedades tradicionais é muito questionada por alguns pesquisadores, principalmente no que toca à tomada de decisões, e a forma como o poder é atribuído a um ou outro indivíduo seguindo linhagem de sucessão. Colocando em debate o assunto ligado à natureza da democracia nas sociedades pré-coloniais africanas, Mendy (1996) apontou dois argumentos distintos:

[...] um, segundo o qual as sociedades africanas pré-coloniais, baseadas em sistemas de valores coletivos e igualitários, eram essencialmente igualitários; e um outro que afirma que as sociedades africanas pré-

²⁰ Líderes espirituais das comunidades tradicionais, responsáveis pela comunicação com os ancestrais através da realização de rituais de convocação dos espíritos dos antepassados.

coloniais, caracterizadas por ditadura, falta de equidade e desigualdade, eram fundamentalmente não democráticas (MENDY, 1996, p. 16).

De acordo com esses argumentos, a democracia ou os valores democráticos estariam presentes apenas nas sociedades sem estratificações (horizontais), e inexistentes nos regimes piramidais (verticais). Portanto, Mendy (1996) afirma que, a inexistência do termo ou de uma tradução literal do termo democracia na maioria das línguas africanas, não significa ausência da prática democrática nos sistemas políticos africanos.

Levando em consideração a diferença no modelo de governação das sociedades africanas pré-coloniais, a discussão sobre a existência da democracia nestas sociedades é de alguma forma questionável. Precisamos olhar para o entendimento da democracia pelos europeus, ou seja, o que reflete a existência da democracia no contexto europeu, e avaliar se esta visão europeia sobre a democracia é a mesma das sociedades africanas pré-existentes. Ou se é pertinente analisar as sociedades africanas nos termos das sociedades europeias. Em outras palavras, buscar compreender se as sociedades africanas compartilham a mesma visão dos europeus sobre os valores democráticos, pode os levar a fazer análises simplistas, deslocadas da realidade cotidiana destas sociedades.

Para compreender a relação atual entre Autoridades Tradicionais e Estado na região de Cacheu, que consiste no primeiro objetivo desta pesquisa, faz-se necessário conhecer o desenrolar dessas relações no período anterior ao da independência. Em seguida vamos descrever como ela se deu durante os tempos do domínio colonial, quais foram seus pactos, e os fatores que marcaram esta época e a relação destas estruturas do poder, fixando atenção nos dois tipos de governo colonial (direto e indireto), e o papel de cada um desses governos. Deste modo, a relação Estado – Autoridades Tradicionais em diferentes momentos e a sobreposição dos seus poderes será trabalhada com vistas a compreender como estes dois elementos podem afetar o processo de exploração da areia pesada de Varela – São Domingos.

3.2. Autoridades Tradicionais e a Administração Colonial

Após a realização da conferência de Berlim em 1885, ficou acordado que, para que uma potência fosse reconhecida como poder colonial, sobre o seu "território" colonizado deveria ter uma presença efetiva que demonstrasse um controle total do território reivindicado. Apesar da presença portuguesa na Guiné e em Cabo Verde existir há mais de quatro séculos, a invasão continuava a ser precária, devido à falta de controle

das estruturas de poder político, o que dificultou a sua expansão territorial para as zonas rurais dirigidas pelas estruturas do poder político tradicional pré-existentes. De uma forma desesperada, os portugueses adotaram uma política de aproximação às entidades do poder tradicional como forma de garantir a expansão territorial, ao mesmo tempo que se aproveitavam das tensões e conflitos étnicos e religiosos, usando-os uns contra os outros, de forma a dividir e ganhar o espaço para depois reinar (MENDY, 1992). Devido à complexidade étnica e religiosa do país, a estratégia utilizada acabou por funcionar em grande parte, mas, em alguns casos, tiveram que intervir militarmente para dismantelar a força política da região.

A partir da dominação portuguesa e da instalação das administrações coloniais, houve a necessidade de controlar o poder político-administrativo existente anteriormente nas sociedades invadidas. Daí surgiu a ideia de “civilizar” os nativos e fazê-los pensar e agir como europeus, começando pelas estruturas que compunham a liderança tradicional, para iniciar o controle dos povos nativos/indígenas. No entanto, buscou-se criar uma divisão de classe dentro da mesma sociedade, permitindo que certa parcela da população tivesse o privilégio de frequentar as instituições de ensino (nas zonas consideradas urbanas), considerando-os alfabetizados e “civilizados” e os outros de “não civilizados” por não possuírem instruções acadêmicas.

Na época colonial, as estruturas políticas africanas pré-coloniais “propositadamente” foram designadas de “autoridade tradicional”, o que não deixou de ser uma estratégia política do colono para controlar estas sociedades. Porém, o termo colocado no singular representava uma estrutura política com poder total sobre uma sociedade diversificada (Estado absolutista), o que se considera ser uma visão limitada dos europeus sobre as sociedades africanas, tendo ignorado as diversidades políticas dos povos do continente. De acordo com Mandani (2016), a maioria das sociedades africanas nunca teve um Estado absolutista antes da época colonial, ou seja, são vários sistemas políticos em um mesmo território, devido à heterogeneidade das sociedades. Deste modo, a configuração das autoridades políticas envolvia muitas entidades, entre as quais destacam-se grupos femininos, faixas etárias, clãs, grupos religiosos etc., o que vai contra o termo no singular e a figura masculina que os colonialistas atribuíram aos líderes políticos pré-existentes.

A estratégia adotada pela administração colonial em relação à “Autoridade Tradicional” é vista como a saída mais viável para melhor controle comunitário devido à devoção da população para com os seus líderes. Eles perceberam muito cedo que não

poderiam ter controle sem se aliarem às lideranças comunitárias, o que impossibilitaria o cumprimento das suas determinações econômicas, pretensões sociais e a imposição da sua soberania política (LOURENÇO, 2009).

Neste contexto, Meneses (2009) afirmou que a transformação do indígena em civilizado exigia que este passasse a pensar a partir dos ideais da sociedade colonial, usando as referências da metrópole, procurando assim, evitar qualquer questionamento reflexivo vindo dos nativos, sobre o carácter ambíguo da relação colonial. Deste ponto de vista, Lopez (1987) afirmou que os governos coloniais sentiram a necessidade de desestabilizar as estruturas tradicionais e enfraquecer a coesão existente no seio das sociedades africanas, portanto, criou uma elite autóctone com a educação de um grupo de nativos.

Na obra “Amílcar Cabral: a arma da teoria”, Comitini (1980) apontou duas formas da dominação do imperialismo: dominação direta e indireta, onde na primeira forma, os colonizadores mantinham o controle de tudo através da força militar e do seu aparelho administrativo, ao passo que na segunda, os colonizadores governam através da colaboração dos nativos. No primeiro caso, a estrutura sociopolítica dos povos africanos, independentemente da fase em que se encontrava, poderia sofrer os seguintes efeitos: destruição completa, destruição parcial e conservação aparente. Sendo que o segundo e terceiro caso eram as mais frequentes em toda a África, o que acaba de alguma forma, em qualquer um dos casos, por provocar a desestabilização do poder tradicional, seja por enfrentar repressões da administração colonial para aceitar os termos, quanto por perder a legitimidade popular que sustenta a sua autoridade.

Passadas muitas décadas da incessante tentativa da instalação efetiva dos órgãos de controle administrativo das zonas rurais, que estavam sob domínio das estruturas do poder político tradicional, o governo colonial português percebeu que seus planos eram insustentáveis, devido à falta de legitimidade popular necessária para conseguir assegurar sua presença efetiva, como exigia um dos requisitos da conferência de Berlim para que uma potência tivesse o direito de reivindicar os territórios em causa. Deste modo, iniciou uma campanha militar contra as estruturas do poder tradicional que se recusaram a se aliar aos seus interesses, utilizando a violência como forma de controle, culminando na substituição de grande número de chefes tradicionais, e na criação de “regulados” nas zonas em que esta forma de organização política não existia, como forma de conseguir maior controle territorial.

Nessa altura, as Autoridades Tradicionais se viram obrigadas a colaborar com o sistema colonial, como modo de sobrevivência e de preservação de um *status quo*, vivendo assim entre dois sistemas: o tradicional e o moderno/colonial (FLORÊNCIO, 1998). Decisão esta que não deve ter sido fácil de tomar, pois, para a grande maioria dos líderes comunitários, a associação com os colonos não só prejudicaria a sua autoridade, assim como colocaria em causa a sua legitimidade perante a sua comunidade, sendo esta a base da sua aceitação. Mas, por outro lado, levaram em consideração a questão da sua sobrevivência nos primeiros momentos do governo colonial, que tinha como característica principal a violência sobre as linhagens dirigentes consideradas fortes pela população local (LOURÊNCIO, 2006).

As administrações coloniais contavam com governos diretos e indiretos dentro das colônias, (MANDANI, 2016). O objetivo do governo direto era de moldar as preferências da elite, recordando que os europeus haviam criado elites dentro das sociedades dominadas, isto é, a instrução acadêmica de uma parcela da população que chamaram de “assimilados/civilizados”. E para o governo indireto, a preocupação se centrava em moldar as preferências da população em geral, em resposta à crise gerada pelo governo direto.

O governo direto criou a divisão territorial em urbano e rural, conseqüentemente a divisão social entre os civilizados (assimilados) e os não civilizados, instalando a crise interna nas colônias, o que dificultou a extensão do seu território para as zonas rurais sob liderança do poder tradicional. Após esta fase, a administração colonial buscou reverter a situação adotando um modelo que visava maior controle dos territórios rurais, foi nesta fase que adotou o modelo de “governo indireto” conhecido nas colônias britânicas como “*indirect rule*”, atribuindo algumas funções aos chefes tradicionais em troca da lealdade, visando moldar as preferências sociais a partir da ligação com os mais recentes aliados.

Se a visão do governo direto era dividir as sociedades nativas em civilizadas e "retrógradas", a partir do chamado projeto civilizatório, o governo indireto buscou reverter a crise que essa posição gerou, substituindo a ideia de domínio único da lei pela construção de várias leis *consuetudinárias*²¹, criando elites alternativas (Autoridades Tradicionais), que serviriam de aliadas para moldar as preferências populares (MANDANI, 2016).

²¹ Trata-se de leis baseadas nos princípios da ancestralidade, que servem de base de legitimação das estruturas do poder tradicional.

Recorda-se que neste momento de transição do governo direto para o governo indireto, a administração portuguesa já havia publicado, em 1926, o Estatuto político, civil e criminal dos nativos da Angola e Moçambique, de acordo com Martinez (2010), o documento foi justificado como forma de respeitar os usos e costumes dos nativos desses territórios, evitando atribuir aos nativos os direitos relacionados com as instituições constitucionais coloniais. O documento também visava determinar as condições necessárias para obtenção da cidadania portuguesa pelos nativos dessas províncias além mar do império português, que afetou principalmente os residentes das zonas urbanas (NACIMENTO, 2016) e, viria aprovar o outro estatuto de indígenas da Guiné, Angola e Moçambique em 20 de maio de 1954, que determinava os direitos civis e penais dos indígenas, da sua organização política, das suas relações comerciais, dos tributos e entre várias outras mudanças no estatuto anterior, posteriormente abolido também em 1961.

O Decreto-Lei n.º 23.229 de 15 de novembro de 1933, estabeleceu a Reforma Administrativa Ultramarina (RAU²²), adotando definitivamente o sistema de *indirect rule*, ou seja, de administração indireta, passando a ter como aliada, ainda que de forma subordinada, a estrutura política nativa “tradicional”. A partir deste momento, os colonizadores deixaram de exercer o controle direto sobre os povos e passaram a se beneficiar do poder e legitimidade das estruturas tradicionais para esta tarefa (FLORÊNCIO, 2008; MENESES, 2009; VALÉRIO, 2021). A era foi marcada pela busca colonial pelo cumprimento dos objetivos traçados (a dominação total do território colonizado), selou pactos com colaboradores tradicionais em troca de privilégios, transformando-os em homens de confiança (FANON, 1961).

Na maioria dos casos esses atores (líderes tradicionais), designados pelos governos coloniais, não seguiam os princípios básicos da sucessão nas suas comunidades, ou seja, às vezes não pertenciam às linhagens governantes. Lembrando que, em algumas comunidades não havia necessidade de indicação das novas lideranças tradicionais por parte da administração colonial, pois se aliavam àquelas já existentes, usando-as como fantoches e elo de ligação entre administração e comunidades rurais.

O governo colonial buscava cada vez mais a substituição dos chefes de grupos que se mostravam menos zelosos com o cumprimento das suas funções, em contraposição aos interesses coloniais, o que acarretava um conjunto de punições que incluíam castigos

²² É o decreto-lei que estabeleceu novo formato administrativo das colônias, que passou a contar com a colaboração direta dos líderes tradicionais, visando o maior controle da massa popular, a época foi considerada da era dos governos indiretos (Lourenço, 2006; 2009; Florêncio, 2004, 2008; Meneses, 2009).

físicos e outros tipos de punições (FLORÊNCIO, 2008). Essas nomeações apenas serviam como tentativa de estabilização dos governos coloniais, buscando moldar as preferências populares através da invocação da tradição por parte dos aliados “chefes tradicionais” (MANDANI, 2016).

Essas nomeações não foram apenas por vias de persuasão, mas em alguns casos envolviam violências contra os chefes que resistiam à dominação colonial, por isso, a inserção das estruturas tradicionais na administração colonial foi feita seguindo os dois métodos, “coercitivo” e de “persuasão” (FANON, 1961; LOPEZ, 1987; FLORÊNCIO, 2008). À medida que os Chefes Tradicionais usufruíam de alguns privilégios por parte da administração colonial (método de persuasão), eles também estavam sujeitos a pagar uma fatura cara ao desobedecerem às regras impostas pela administração, no “método coercitivo” (FLORÊNCIO, 1998). De acordo com Lourenço (2006), a característica principal da administração colonial é a violência, de modo que, não se pode confundir a violência com a ideia de controle político administrativo efetivo.

Ao tentar o maior controle das massas, a administração colonial procurou desacreditar os líderes tradicionais que não seguiam suas imposições, neste sentido, Lourenço (2009) afirmou o seguinte:

[...] uma das características políticas do período de implementação administrativa do Estado colonial português foi a destruição da autoridade legítima de algumas linhagens proeminentes, integrando-as noutras, e passando-as à situação de subordinadas. [...] a administração colonial portuguesa tinha em vista o banimento das linhagens temidas, consideradas possíveis protagonistas de focos de resistência militar e, a formação de grupos políticos dóceis ou mesmo aliados [...] (p. 53).

Percebe-se que a administração colonial sabia bem onde atacar a resistência e buscou aproveitar tudo que podia ser importante para acabar com a coesão que sempre existiu nesses lugares. Segundo aponta Braga Dias *apud* Nobrega (2003), a administração colonial impôs às populações os réculos não legitimados, depôs réculos legitimados e criou regulados em áreas onde não havia essa tradição. Essas alterações se devem à ideia de usar estes como colaboradores valiosos no controle de mão-de-obra, na introdução das produções comerciais, no recolhimento de impostos, e na manutenção da ordem social, como afirmou Florêncio (1998). Vale salientar que esses atores tiveram papéis importantes, sobretudo na economia, usando sua legitimidade para persuadir as populações rurais para o trabalho público obrigatório não remunerado e outros tipos de impostos pagos pela população (LOURENÇO, 2009).

De acordo com José (2005), a preocupação da administração colonial não se centrava em respeitar as configurações dos Estados pré-coloniais africanos, que são várias e, tampouco respeitar as lógicas internas de distribuição de poder nessas sociedades. Portanto, atribuiu poderes à luz dos seus interesses econômicos e político-administrativos. Essa visão é partilhada por Lourenço (2006) quando afirmou que “na sua maioria, os europeus apenas desejavam a ordem preservada, e os seus limitados interesses econômicos protegidos” (LOURENÇO, 2006, P. 35).

Recorda-se que a multiplicidade e heterogeneidade das sociedades africanas fez com que algumas sociedades fossem menos estratificadas que outras, como apontado acima. Estas sociedades mais estratificadas parecem apresentar maior nível de organização política em relação às sociedades chamadas de “anarquia política organizada” de acordo com Hama & Ki-zerbo (2010) e Caomique (2020). Mas as primeiras apresentam maior vulnerabilidade que as segundas, por terem uma figura de líder a quem se submetem e, ao cooptá-lo, consegue-se ter domínio da comunidade. Ao contrário das segundas, em que, na concepção de Hama e Ki-zerbo (2010), o poder é distribuído de forma difusa e a população é mais acostumada à liberdade, e por isso, essas regiões foram onde os colonizadores mais tiveram problemas para se impor.

3.2.1. Papel das Autoridades Tradicionais na luta pela independência

A década de 1950 foi marcada pela criação dos movimentos políticos que visavam à luta contra a dominação colonial (MONTEIRO, 2019). A situação se agravou com o massacre no porto de Pindjiguiti, em Bissau, em 03 de agosto de 1959, desencadeado pela administração portuguesa contra os funcionários que reivindicavam a melhoria das condições de trabalho. Grande parte das lideranças tradicionais participaram direta ou indiretamente na criação de tais movimentos, e na conscientização da massa popular nas zonas rurais para adesão às causas dos anticolonialistas.

O processo de criação de movimentos anticoloniais não aconteceu apenas no território Guineense, mas sim em outros países da colônia portuguesa, dos quais os mais conhecidos são: Movimento da Libertação da Guiné (MLG), Frente da Libertação e Independência da Guiné (FLING), Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), União Nacional para Independência de Angola (UNITA), Frente Nacional de Libertação de

Angola (FNLA), Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), e entre outros movimentos anticoloniais.

Na Guiné Bissau, as Autoridades Tradicionais participaram ativamente na luta contra o domínio e expansão territorial do governo colonial, aliaram-se ao movimento anticolonial liderado pelo PAIGC²³, abrigaram os guerrilheiros nos territórios sob seus domínios, e ainda participaram da mobilização da juventude para se juntar à causa do movimento. No início da década de 1960 o PAIGC adotou o discurso nacionalista para convencer as estruturas do poder tradicional, considerando que estas detinham uma posição privilegiada no tocante ao controle comunitário. Com efeito, conseguiu o apoio de grande número de Chefes Tradicionais (em alguns casos de forma sigilosa), como nos conta Carvalho (2000), quando reproduz a fala do régulo Ocante Adjibane, Régulo de Indafe, um dos regulados que compõem o reino *mandjaku*, que afirmou que a administração colonial lhe disse para ter cuidado com o PAIGC e se alguém entrasse no seu território, para comunicar à administração, ordem que acabou por desobedecer por acreditar na ideia nacionalista do PAIGC.

Além de terem atuado indiretamente, um grande número de líderes tradicionais fez parte da estrutura do partido no decorrer da luta, contudo, havia alguma desconfiança entre os dirigentes do partido quanto à lealdade dos chefes tradicionais, a quem consideravam aliados da administração colonial. A questão gerou crise interna no partido, culminando com a expulsão dos líderes tradicionais de sua estrutura após a realização do primeiro congresso do partido em Cassaca, em 1964. O PAIGC desencadeou uma campanha anti-régulos no seio de movimento de libertação (JAO, 1996), atribuindo-lhes as responsabilidades por alguns fracassos em função da sua ligação com a administração colonial.

Contudo, a associação das autoridades tradicionais com a administração colonial nem sempre foi por vontade própria (NÓBREGA, 2003), mas sim, pelos métodos coercitivos que a administração utilizava na maioria das vezes, como afirma Lourenço (2006), sendo a característica principal da administração colonial a violência. Lembrando que, na tentativa de expandir a sua área de atuação, a administração colonial adotou a postura agressiva contra os líderes tradicionais como forma de garantir o controle sobre as comunidades.

²³ Visto como símbolo de unidade entre os nativos da Guiné e de Cabo Verde, o partido através do seu carismático líder Amílcar Cabral, liderou as forças Armadas revolucionárias do povo (FARP) à independência em 1973.

Ao longo do processo de luta pela independência, a estrutura do poder tradicional passou pelo dilema de ser de grande valor e importância para as duas partes, tanto para o movimento anticolonial, quanto para o colonizador. Ao mesmo tempo em que a desconfiança mútua crescia sobre o seu papel ou envolvimento com cada uma das partes. Sendo assim, na medida em que transmitia pouca confiança para as partes, as Autoridades Tradicionais passaram a ser perseguidas pelo governo colonial e desprezadas pelo PAIGC.

Essas divergências viriam a pesar mais tarde, na decisão de afastar as estruturas do poder tradicional do processo político-administrativo após a independência. Vale ressaltar que após a independência do país, em 1973, o PAIGC, que havia liderado a frente anticolonial²⁴, governou o país em regime de partido único até o ano de 1991, que marcou a abertura política. Durante esse período, as Autoridades Tradicionais foram consideradas interesseiras e egoístas por terem se aliado aos colonizadores, além de incapazes de lidar com os novos desafios por terem sido consideradas estruturas retrógradas (FORQUILHA, 2009; CAOMIQUE, 2020; QUADE, 2021).

Mesmo de costas viradas ao governo pós-independência, estas autoridades mantiveram sua influência e sua legitimidade para com as comunidades rurais, com exceção das comunidades onde o Estado trocou os legítimos líderes pelos fantoches. Lembrando que na época colonial, os governos coloniais fizeram caso de ter aliados dentro das estruturas tradicionais, seja por alinhamento deste com os propósitos coloniais, seja por via da força, na qual os legítimos líderes foram substituídos por pessoas que viviam cumprindo ordens da administração colonial.

O alinhamento dos líderes com a administração colonial envolve duas questões: a sobrevivência e o privilégio, quem se alinhou deve ser por sobrevivência ou por receber privilégios, ou seja, compreendendo o nível de violência dos governos coloniais, algumas lideranças se viram obrigadas a se alinharem para salvar as suas vidas, outros se alinharam porque esperavam receber mais benefícios do governo colonial. Os que se mantiveram resistentes aos propósitos coloniais foram expulsos, presos ou até mortos e substituídos pelos líderes incapazes de mobilizar a resistência, como aconteceu quando da campanha militar liderada por Teixeira Pinto²⁵ na Guiné, contra as instituições tradicionais entre

²⁴ Esta frente foi composta pelos movimentos políticos criados antes do início da luta, entre os quais FLING, MLG e o próprio PAIGC e outros.

²⁵ Foi Major que comandou as forças militares portuguesas à conquista de regulados na Guiné, que se mantiveram resistentes aos interesses da administração colonial.

1912 e 1914, que atingiu as terras dos *mandjakus* que se mantiveram resistentes à dominação (CARVALHO, 2000).

3.3. As Autoridades Tradicionais no contexto pós-colonial

Após as independências dos países africanos, principalmente os da África Subsaariana, os movimentos independentistas se transformaram nos Partidos-Estados dos seus países, como foi o caso de PAIGC na então nova República da Guiné-Bissau a partir de 24 de setembro de 1973, a data da proclamação unilateral da independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde. O momento que deveria ser de tranquilidade, liberdade, união, e da tão desejada paz e desenvolvimento econômico, viu intensificar a tensão entre as estruturas do “poder formal” do Estado (PAIGC) e as estruturas do poder tradicional (AT), tensão esta que se arrastou desde o decorrer da luta de libertação que culminou com o assassinato do Amílcar Cabral, líder fundador do partido em 20 de janeiro de 1973 em Conakry, um pouco antes da independência do país.

De acordo com Caomique (2020), após a independência da Guiné Bissau as autoridades tradicionais foram desconsideradas politicamente e vistas como obstáculos para o processo de desenvolvimento, pelos idealistas da formação do homem novo adotado pelo PAIGC. Em meados da década de 1970, concretamente nos primeiros anos da independência da maioria dos países da África Subsaariana, as entidades do poder tradicional e as suas respectivas instituições foram ignoradas pelo poder do recém-formado Estado. No caso específico da Guiné Bissau, as autoridades tradicionais não foram reconhecidas, nem mesmo suas tarefas de representações comunitárias, tampouco foi feita uma única menção à sua existência na Constituição Guineense (QUADE, 2021).

O fim dos regimes coloniais foi, portanto, também um período de contestação do poder tradicional (CARVALHO, 2000), por razões de sua ligação com as administrações coloniais (FORQUILHA, 2009). Nóbrega (2003) apontou o ataque contra a instituição das Autoridades Tradicionais e a tentativa de afastar as populações deste sistema como a primeira ofensa a essa estrutura. Segundo Carvalho (2000), uma das causas determinantes do afastamento das autoridades tradicionais do cenário político dos novos Estados africanos se deve ao papel de intermediários (recrutamento de mão-de-obra, recolha de impostos etc.), realizados por estes durante o período colonial, mesmo estando fora do exercício dos seus poderes.

Ao longo dos tempos, tanto na Guiné Bissau como na maioria dos países africanos, em especial os da África Subsaariana, o direito costumeiro transformou-se num símbolo da sociedade tradicional africana, o que aos olhos dos dirigentes dos partidos libertadores era necessário superar urgentemente, de modo a atingir os níveis de desenvolvimento apresentados pelos colonizadores. Isso fez com que o reconhecimento dos líderes tradicionais e de sua utilidade na política local fosse vista como uma decisão politicamente errada (MENESES, 2009).

O momento pós-libertação foi então caracterizado pela estruturação de um conflito entre a “modernidade” e a “tradição”, com a imposição dos valores da modernidade por parte dos líderes estatais às sociedades/autoridades tradicionais que eram consideradas seguidoras de uma prática retrógrada, ação que não foi bem recebida pela estrutura do poder tradicional.

Na luta pela modernidade e desenvolvimento nos recém-independentes Estados africanos, as autoridades tradicionais eram vistas como símbolo de um regime feudal, retrógrado, tradicional, incapazes de promover o desenvolvimento desejado, e antigas aliadas do sistema colonial (FLORÊNCIO, 1998). Nesta altura, o PAIGC forçou mudanças bruscas dentro das estruturas tradicionais, subvertendo as hierarquias tradicionais, conferindo o poder e a legitimidade a quem não os tinha de direito. Desencadeou ainda episódios de perseguições que culminaram na eliminação física de algumas figuras de liderança tradicional (NÓBREGA, 2003).

À imagem dos governos coloniais (indiretos), o PAIGC buscou o controle da massa popular, principalmente das zonas rurais onde sua presença se fazia sentir menos, encontrou as dificuldades de se impor, devido à legitimidade conservada das estruturas políticas do poder tradicional nas suas comunidades. Criou-se então uma estrutura do poder paralelo nas regiões como forma de controlar a massa por meio de mandatários do partido, criou-se a figura de “comitês de tabancas²⁶”, de secções e de sectores que serviam de ligação entre o Estado e as sociedades tradicionais. Também foram criadas as associações²⁷ de tabancas em algumas zonas visando maior controle sobre as estruturas de poder tradicional, principalmente os régulos, com quem se tinha muita preocupação (NÓBREGA, 2003).

²⁶ Estrutura criada pelo governo pós-colonial para servir de intermediário entre Estado e as comunidades tradicionais.

²⁷ Diferente dos comitês de Tabanka, as associações foram criadas como estruturas paralelas à estrutura tradicional em contato direto com o governo através do comitê de Tabanka.

O governo regional começou a colocar nos postos do poder tradicional as pessoas da sua confiança, mesmo que estes não tivessem condições de ocupar tais postos, lembrando que a legitimidade do poder tradicional ocorre nas instâncias que não as do poder do Estado, mas pelo seguimento dos princípios tradicionais baseados nos ideais dos antepassados, com os quais a comunidade mantém a ligação através de rituais de invocação. Estes determinam um dos princípios fundamentais para o exercício do poder numa comunidade, a ligação com uma das linhagens governantes, estando na linha de sucessão, ou seja, reunindo as condições necessárias para a tarefa de dirigir essa comunidade e tendo passado pelo ritual de passagem “fanádo²⁸”, apresentando uma boa conduta perante os *tios* e restantes membros da comunidade.

As sociedades tradicionais buscaram saídas de emergência perante a situação, começaram a colocar nos postos pessoas com algum nível de conhecimento do poder estatal, mas que não fugissem também da realidade ou uso tradicional como foi o caso do Paulino Gomes, que exercia o cargo de régulo em Caió desde abril de 1987, e simultaneamente o cargo de presidente do mesmo sector²⁹. Este revelou numa reunião pública em Picixe - Cacheu, que os seniores da sua matrilinearidade (tios) lhe convocaram para exercer este cargo devido à mudança no contexto político, argumentando que depois da independência, as coisas mudaram e os cargos tradicionais começaram a ser exercidos pelas pessoas sem ligação com o direito tradicional. Revelou ainda que a situação exigia uma pessoa com conhecimento e capacidade de comunicar com o governo, afirmando que antigamente só os mais velhos exerciam o poder no seu regulado (CARVALHO, 2000).

A crise de confiança nas décadas de 1960 – 1980, com certeza foi um dos fatores primordiais no agravamento das relações entre o PAIGC e as Autoridades Tradicionais. De acordo com Nobrega (2003), a fala do então jovem e dirigente do partido Manuel Saturnino da Costa, deixou claro o clima existente e a posição do partido em relação às comunidades tradicionais e em particular às suas lideranças, ao afirmar o seguinte, “nem o povo, nem mesmo os “omis garandi” (homens grandes/velhos) me podem dizer o que fazer” (NÓBREGA, 2003). Lembrando que os “omis garandi” compõem o conselho de anciões, uma das categorias da estrutura do poder tradicional.

²⁸ Cerimonia de circuncisão dos homens das comunidades, o ato simboliza a passagem da fase de juventude para a fase adulta.

²⁹ O cargo do presidente do sector, é um dos cargos criados pelo governo para a representação local do Estado (governo local).

Em 1993, um pouco depois de terem sido chamados novamente ao espaço político, Ocante Adjibane, régulo de Indafe, afirmou em uma reunião pública, que não estaria mentindo para a sua comunidade por causa do PAIGC, e que se o povo quisesse que a ordem fosse como antes, ele estaria de acordo. Na mesma ocasião, afirmou que foi régulo há muito tempo, e não é questão de alguém chegar e assumir o poder onde não pertence. Afirmou que não quer a guerra com o partido, mas se for para fazer a vontade do povo ou dos ancestrais, ele tem a sua posição clara (CARVALHO, 2000).

Havia uma grande desconfiança entre as duas estruturas, que ao mesmo tempo viviam o dilema de terem que trabalhar juntas, ou seja, de um lado o poder estatal tinha em suas mãos instrumentos legais que lhes davam o direito de controlar o território enquanto governo/Estado, por outro lado se encontrava uma estrutura muito antiga dotada de legitimidade entre os membros da comunidade, a quem buscavam representar independente das ordens do governo, pois para eles o que mais importa é o cumprimento com os princípios ancestrais que tem regido essas comunidades durante vários séculos.

Essa relação vem mudando com o passar dos tempos, mesmo não havendo a maior confiança possível entre as duas estruturas, o poder tradicional ganhou espaço nas cadeiras de decisão nos anos que antecederam o processo de democratização do país, pondo o fim no regime monopartidário até então vigente. Nesta altura, o partido-Estado (PAIGC) buscou reforçar a sua relação com as estruturas tradicionais visando apoio nas futuras eleições, do mesmo jeito, os novos partidos no cenário político aproveitaram os discursos que revelam o conflito existente entre o governo e as estruturas tradicionais para se aproximarem destes líderes comunitários.

3.3.1. O processo democrático e a revitalização das autoridades tradicionais

Ao final dos anos oitenta e início dos anos noventa teve início o processo de democratização, em que o partido-Estado (PAIGC) repensou as funções das Autoridades Tradicionais, tendo em conta a influência que estes têm nas suas comunidades, podendo servir de reforço político, visto que tinham condições de garantir o apoio em massa da sua comunidade. Esta foi conhecida como a era da reinserção das Autoridades Tradicionais ao cenário político, do qual haviam sido “expulsas” nos anos posteriores à independência (CARVALHO, 2000; NÓBREGA, 2003).

Vale ressaltar que, a queda do muro de Berlim (1989) e o desmembramento da União Soviética, que marcou o fim da guerra fria e o início da crise dos Estados Socialistas, impactou grandemente os países do Leste Europeu e alguns Africanos, entre

os quais a Guiné Bissau, que optou pelo modelo socialista de desenvolvimento após independência, muito embora, o PAIGC diferentemente de Frelimo em Moçambique e MPLA em Angola, não tivesse inscrito no seu programa a construção do socialismo como uma meta a atingir (CARDOSO, 1994; MENDY, 1996). Cardoso (1994) salientou que o governo havia adotado o sistema econômico socialista por duas razões, devido à ajuda que recebeu por parte da então União Soviética, e, o fracasso apresentado pelos Estados que haviam tentado o modelo de desenvolvimento liberal.

Com as pressões internas por parte dos movimentos da sociedade civil e das associações partidárias, e as exigências dos parceiros e financiadores internacionais como o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), visando à abertura econômica e do sistema político para o multipartidarismo, o presidente Vieira³⁰ reconheceu, em 14 de novembro de 1990, a necessidade de uma abertura política. Em maio de 1991, a Assembleia Nacional Popular (ANP) derrubou o artigo IV da Constituição de 1984, que consagrava o PAIGC como o único representante do povo Guineense, dando início a um novo sistema político no país, contemplando o multipartidarismo, liberdade de associações políticas e a liberdade de expressão, além da criação da Comissão Nacional das Eleições (CNE) e as Comissões Regionais das Eleições (CREs), que foram marcadas para o ano de 1994. Aprovou-se também a despartidarização das forças armadas e a desvinculação da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG) com o PAIGC (CARDOSO, 1994; 1996; KOUDAWO, 1996). Lembrando que antes da abertura política, tanto as forças armadas, quanto a UNTG estavam vinculadas ao PAIGC, seja por seu histórico na libertação do país ou por se transformar no partido-Estado (vanguarda da nação Guineense) pós-independência.

A época foi marcada pelo surgimento de várias organizações políticas e agrupamentos sociais, que, na concepção de Cardoso (1996), surgiram como cogumelos na primavera, povoando os espaços sociais e políticos do país. Surgiram vários partidos políticos com intuito de disputar as eleições pluralistas do país, entre os quais figuravam o Partido da Renovação Social (PRS), Frente Democrática (FD), além do ressurgimento da Frente de Libertação e Independência da Guiné (FLING). Mais tarde, viriam a surgir mais outros movimentos políticos, como o Partido Unido Social Democrata (PUSD),

³⁰ João Bernardo Vieira (Nino), comandante da FARP durante a luta de libertação, assumiu a presidência da República após o levantamento militar de 14 de novembro de 1980, que culminou com a deposição de Luís Cabral, irmão de Amílcar Cabral que havia sido assassinado em janeiro de 1973.

Partido de Convergência Democrática (PCD) entre vários outros que surgiram nos últimos anos no país.

No início da década de 1990, assistiu-se a um movimento significativo que visasse a recuperação dos chefados, reinos de origem pré-colonial, colonial (os regulados criados pela administração colonial, nas zonas onde não existiam antes), e pós-colonial (criados pelos partidos independentistas). A crescente onda de recuperação das estruturas de poder tradicional verificada no início da década de 1990, deve-se à capacidade desta estrutura em manter a sua legitimidade intacta perante as suas sociedades, fazendo-se necessária uma aliança dos atores políticos como forma de conseguir o controle das zonas rurais. Nessa altura, o governo nomeou algumas figuras das estruturas tradicionais, para os cargos da administração local o “governo regional/setorial” (CARVALHO, 2000; BAYAN, 2015). Lembrando que os governadores regionais e administradores setoriais são pessoas instituídas do poder legal do Estado para atuarem no âmbito local, como veremos a seguir de acordo com os N° 1, 2 e 3 do Art. 108º da constituição Guineense.

Governador de região, é o cargo ou indivíduo instituído de poder legal do Estado, nomeado pelo governo sob proposta do/a ministro/a da Administração Territorial e Poder local, servindo de representantes de governo nas regiões. Da mesma forma, **Administrador de setor**, é instituído de poder legal de Estado para atuar como representante do governo nos setores, o provimento do seu cargo obedece aos requisitos constantes na constituição (GUINÉ-BISSAU, 1996).

É no âmbito regional e setorial que a relação Estado – Autoridades Tradicionais se faz sentir mais, ou seja, os governadores regionais e administradores de setores se encontram inseridos dentro de territórios controlados pelos líderes tradicionais, deste modo, o sucesso ou fracasso das suas governações dependem do seu relacionamento com a estrutura de poder tradicional. Pois estes conformam os principais agentes políticos das suas comunidades, sendo assim, capazes de mover a massa para uma determinada direção, seja ela favorável ou contrária ao poder estatal. É a partir dessa visão que o PAIGC buscou controlar as dinâmicas do poder no nível local, visando a mobilização da massa a partir de uma figura que reconhecem tradicionalmente e que atua também como governante estatal.

De acordo com Nóbrega (2003), a sociedade tradicional Guineense ganhou novo ímpeto neste período, recuperou as suas instituições e realizou publicamente as suas

cerimónias no seu “tchon³¹”, assim como no seu êxodo rural, nos considerados núcleos mais importantes. Essa era foi conhecida como a época da “revitalização” das sociedades tradicionais (CARVALHO, 2000). Neste período, o apoio do PAIGC que liderava o governo, aos dirigentes tradicionais tornou-se mais claro em alguns casos, como quando o partido indicou duas Autoridades Tradicionais, Paulino Gomes, régulo de Caió, e Antônio Baticã, régulo de Canchungo, para os cargos de presidente de setor (correspondente ao cargo de administrador de setor). Estes passaram então a desempenhar cargos administrativos estatais e tradicionais (NÓBREGA, 2003).

O ressurgimento das autoridades tradicionais no contexto democrático, na visão de Florêncio (1998), se deve à incapacidade dos Estados Modernos de cumprir com a agenda de desenvolvimento e de manutenção da ordem social. Nesse contexto, as Autoridades Tradicionais teriam o papel de funcionar como parceiros de estado na formulação e implementação das políticas locais.

De acordo com Carvalho (2000), não podemos entender esse processo da revitalização dos regulados na Guiné Bissau como um processo independente do seu enquadramento histórico, pois, ao manterem esses líderes tradicionais, os grupos locais (as sociedades tradicionais) definem estes como os seus representantes e interlocutores preferenciais com o Estado. Lembrando que o PAIGC havia introduzido uma figura na estrutura tradicional “comité de tabanka”, que se responsabiliza de representar a comunidade perante o Estado e o inverso.

Embora a reinserção das Autoridades Tradicionais no contexto político administrativo do país possa estar relacionada ao papel de mediação entre o Estado e a sociedade que elas têm desempenhado, também é importante observar as conotações políticas resultantes desse processo. Todos os indicados a cargos administrativos setoriais eram membros do PAIGC (CARVALHO, 2009), tendo sido nomeados após a queda do artigo quarto da Constituição de 1984, que declara o PAIGC a única força política dirigente da sociedade e do Estado Guineense.

Nos períodos que antecederam as eleições (campanha eleitoral), os partidos adotaram estratégias de captação de votos nas zonas rurais utilizando a figura das Autoridades Tradicionais. Este processo se deu em duas etapas: a etapa discursiva e a etapa de contato direto com a comunidade. Na primeira etapa os discursos se centravam

³¹ O termo *kriol* usado para referir a terra de um determinado povo. Ex: Quando se diz “*tchon di mandjaku*”, está a se referir à terra dos mandjakus.

em enfatizar o papel importante das Autoridades Tradicionais na vida sociopolítica do país, e a importância dos mesmos no processo de democratização e da unidade nacional. O segundo momento foi marcado pela relação de proximidade dos partidos com a população, nesta altura, os recém-criados partidos tiveram que começar pela implantação das suas estruturas de base, ao passo que o PAIGC precisou apenas redinamizar as suas estruturas já implantadas durante os anos que governou o país, que viria a resultar na vitória do PAIGC nas legislativas e do seu candidato à presidência, João Bernardo Vieira (Nino) no segundo turno sobre o seu oponente do Partido da Renovação Social (PRS) Kumba Yala em 1994 (JAO, 1996).

Se na época colonial as Autoridades Tradicionais representavam uma grande valia tanto para a administração colonial quanto para o movimento anticolonial, não foram menos importantes no processo de democratização do estado Guineense na década de 1990, isto se deve à influência que detêm nas suas comunidades como referimos acima, que as mantêm no centro da atenção da disputa eleitoral de 1994. A reaproximação do PAIGC, assim como a tentativa dos partidos recém formados em aproximarem-se das comunidades tradicionais, revelou a grande necessidade de se aliar às estruturas do poder tradicional como forma de conseguir o máximo de votos possíveis nas urnas, pois maiores círculos eleitorais (rurais) são dirigidos pelas Autoridades Tradicionais.

3.3.2. A sobreposição do poder político entre o Estado e ATs

Nesta parte de trabalho, discutimos sobre a sobreposição do poder político do Estado e das Autoridades Tradicionais no âmbito local na Guiné Bissau, sobretudo na região de Cacheu, como forma de podermos compreender a necessidade da participação do segundo órgão no processo de exploração de areia pesada de Varela. Esta sobreposição se dá na medida em que o Estado, através das suas representações, atua em um espaço compartilhado com as Autoridades Tradicionais.

O organograma do poder local na Guiné Bissau, de acordo com a Constituição da República, de 1996, previu a criação das Autarquias Locais e a separação de poder nos Artigos 105º a 118º. Com isso, o poder local estaria funcionando em três níveis (setor, secção e juntas locais), onde os municípios funcionariam nos sectores, ou seja, com a realização das eleições autárquicas, os sectores passariam a ser considerados municípios e dirigidos por representantes escolhidos pela população, por sua vez, nas secções administrativas (subdivisão dos sectores), funcionariam as secções autárquicas e por

último, o funcionamento das juntas de moradores nas juntas locais (Tabankas). A constituição determinou também, a representação do órgão do governo central nas regiões e sectores através de governadores de regiões e administradores de sectores, no seu Artigo 108º, tendo sido nomeados pelo governo obedecendo a indicação do/a “ministro/a da administração territorial e poder local” (CRGB, 1996). Podemos observar nos quadros 3 e 4, o organograma dos poderes estatal e tradicional.

Quadro 3. Organograma de poder Estatal na Guiné Bissau

Órgãos Governamentais	Cargos
Governo	Primeiro/a Ministro/a
Ministérios	Ministros/as
Secretarias de Estado	Secretários/as de Estado
Governo regional	Governador/a de Região
Governo setorial	Administrador/a de Setor

Fonte: Elaborado Pelo Autor

Quadro 4. Organograma de poder Tradicional na Guiné Bissau

Instituições	Cargos
Regulados (conjuntos de pequenas aldeias/tabankas)	Régulos
Tabankas	Chefes de tabankas, Comitês de tabankas, Anciões, Líderes religiosos.
Moranças (famílias)	Chefes de moranças (anciões e anciãs)

Fonte: Elaborado pelo Autor

Os dois quadros mostram a atuação das autoridades pertencentes às duas esferas diferentes, mas que vivem numa relação de interdependência por causa do papel e da influência que cada um exerce sobre os territórios. A relação dessas estruturas de poder se dá com maior visibilidades nas localidades (sectores e regiões), lembrando que sectores são formados por conjuntos de vilas/tabankas e secções, ao passo que conjunto de sectores formam as regiões administrativas, deste modo, a atuação dos representantes do Estados nessas localidades coincidem com o espaço de exercício de poder da estrutura de poder tradicional (Autoridades Tradicionais), que atuam nas tabankas (como é o caso de chefe de tabanka, comitê etc.) e nos “Regulados” que são conjuntos de tabankas, que podem coincidir com o tamanho de uma secção, ou até mesmo de um sector administrativo.

No entanto, em nenhum momento a Constituição mencionou as Autoridades Tradicionais e suas funções no que diz respeito ao exercício do poder nas regiões e sectores, considerando que esta estrutura mantém influência significativa perante a sociedade. É importante ressaltar que, até os dias de hoje, nenhuma eleição para escolha dos representantes locais (eleição autárquica) foi realizada na Guiné Bissau, devido às cíclicas instabilidades políticas que têm vindo a assolar o país desde a abertura política no início da década de 1990, o que fez com que, até os dias de hoje, os representantes locais (região, sector e secção) fossem escolhidos pelo governo através do Ministério da Administração Territorial e Poder Local.

Desta feita, as Autoridades Tradicionais continuam desempenhando suas funções mesmo com a presença do Estado, através das representações regionais e setoriais, se servindo de lideranças políticas legitimados pela tradição para dirigir e orientar as suas comunidades em busca de uma convivência sã e harmoniosa, utilizando leis tradicionais para resolver conflitos envolvendo os seus liderados, na gestão de terra, na proteção dos recursos naturais. É neste âmbito que se transformaram nos parceiros de Estado, a partir da representação local do governo por meio dos governadores e administradores, munidos de poderes legais do Estado, para atuar como governo no âmbito local, nomeados pelo governo através da indicação do “Ministro/a da Administração Territorial e Poder Local”. Embora essa relação não esteja plasmada na Constituição, ela tem acontecido no âmbito local quase que de forma legal.

No contexto rural na Guiné Bissau, em alguns casos, as autoridades formais (governo) através dos representantes regionais e setoriais, atuam em colaboração com as Autoridades Tradicionais nas tarefas de gestão de conflitos comunitários, principalmente no que toca à gestão e à distribuição de terra para práticas agrícolas, e, em alguns casos, na administração da justiça baseada em regras ancestrais que não se opõem aos princípios legais do Estado. Um dos exemplos mais recentes é a presença dos representantes do poder tradicional no Fórum sobre Segurança, Justiça e Paz na Região de Cacheu, que decorreu entre os dias 19 a 21 de março de 2022 na cidade de Canchungo, que contou com a presença dos régulos de Canchungo, Bassarel, Caió e de Ingoré, e do Imame da mesquita central de Canchungo, em representação das autoridades religiosas, na presença do Ministro de Administração Territorial e Poder Local “Fernando Dias”, que deu abertura à reunião (MATPL_GB, 2022).

Figura 3 – Fórum de segurança, justiça e paz na região de Cacheu



Fonte: Liga Guineense de Direitos Humanos (LGDH) - 2022

Este fórum é dedicado à discussão sobre a segurança, justiça e manutenção da paz na região norte de Cacheu, a representação tradicional neste evento se deve ao papel de parceiro do Estado na manutenção da ordem pública/segurança nas tabankas, administração da justiça baseada nas leis tradicionais, e na manutenção da paz nas comunidades que formam a região de Cacheu. Lembrando que as Leis Florestal n.º 4-A/91 e Lei Orgânica dos Tribunais Setoriais n.º 6/93, privilegiam o uso das leis tradicionais não contraditórias à lei expressa. Por isso as Autoridades Tradicionais são vistas pelas autoridades Guineenses como parte imprescindível na manutenção da segurança pública, administração da justiça e manutenção da paz.

Outro exemplo, é o caso da realização do Fórum Nacional do Poder Tradicional da Guiné Bissau, realizada em um dos hotéis em Bissau, no dia 02 de abril de 2022 que contou com a presença do presidente da República “Umaro Sissoco Embalo”, que deu abertura ao evento (MATPL-GB, 2022). Além das presenças das lideranças do Ministério da Administração Territorial e Poder Local da Guiné Bissau (MATPL-GB³²), nas cerimônias de posse das lideranças tradicionais nas diferentes comunidades. Esta relação existente entre as duas estruturas de poder revela a complexidade do campo político no contexto Africano e em particular no contexto Guineense.

³² https://www.facebook.com/profile.php?id=100063442226998&_cft Acessado em 21/11/2022.

Figura 4: Fórum Nacional de Poder Tradicional



Fonte: MATPL-GB 2022

O Fórum Nacional de Poder Tradicional foi destinado a discutir o papel das Autoridades Tradicionais no âmbito local, demonstrando o reconhecimento desta estrutura por parte do Estado Guineense como um ator e parceiro importante para a manutenção da ordem, justiça e paz nas comunidades locais. Além disso, no Fórum se discute a importância da união entre a estrutura de poder tradicional de diferentes regiões do país, de modo a poderem coordenar as suas ações, visando a manutenção da paz nas regiões e no país. As Autoridades Tradicionais que compõem esse Fórum são atores importantes várias vezes consultados pelo Presidente da República sobre assuntos do país.

É a partir dessa lógica, e considerando a autoridade significativa que a estrutura tradicional exerce no território, que se vê a necessidade de estudar o papel das Autoridades Tradicionais da região de Cacheu no processo de exploração dos recursos naturais e na elaboração de políticas de desenvolvimento da região. A seguir iremos nos focar na exploração da areia pesada de Varela (São Domingos) realizada pela “Sociedade Poto Sarl”, e nas reivindicações desencadeadas pela sociedade para exigir o cumprimento de promessas feitas pelo governo e pela empresa, em relação à construção de infraestruturas hospitalar, escolar e de estradas que ligam as secções e tabankas afetadas (O Democrata, 2015).

Este capítulo nos conduz para a compreensão de uma relação extremamente complexa entre as duas estruturas do poder político Guineense (Estado e Autoridades

Tradicionais), cuja legitimidade e poder se assentam em preceitos diferentes, mas que atuam em territórios compartilhados e obrigados a se relacionarem. De um lado, a estrutura do poder estatal necessita da legitimação das estruturas tradicionais, permitindo o exercício do seu poder político nas comunidades lideradas pelas Autoridades Tradicionais. Por sua vez, o poder político tradicional precisa da legitimação do poder político estatal como entidade responsável pela gestão territorial e dos assuntos do Estado, para que, não sejam vistas como líderes apenas pelas comunidades locais (rurais), mas pela sociedade em geral, o que demonstra uma relação de interdependência dessas duas estruturas do poder políticos.

4. POLÍTICA DE EXPLORAÇÃO DE AREIA PESADA EM VARELA

Neste capítulo dedicamos a nossa atenção para o processo de exploração de areia pesada em Varela e para como os atores se articularam tendo em conta as visões e as crenças divergentes entre eles, buscando obter o melhor entendimento em relação ao papel das Autoridades Tradicionais no processo, quem consideramos ser um ator importante na estrutura política local guineense e no processo de tomada de decisão. Também discutiremos a mobilização da sociedade civil e outros segmentos da sociedade guineense em torno da problemática da exploração da areia pesada, que tem gerado efeitos considerados negativos para as comunidades locais. Para isso, partimos da análise sociológica sobre a construção de problemas públicos, sob lente do pragmatismo francês baseado no conceito do “público” do John Dewey (Escola de Chicago), de modo a compreender a atuação de diferentes atores e funcionalidade de diferentes arenas na tematização e publicização de um problema com baixa visibilidade, passando a ser visto como um problema público que exige a mobilização de esforços coordenados para a sua resolução.

O interesse francês tanto pelo pragmatismo, como pelo conceito do público cunhado pelo Dewey, data dos anos de 1990, olhando para ações que visam a resolução de problemas considerados públicos (Cefai, 2017). Essa abordagem, na visão de Viana (2017), foca nas situações nas quais diferentes atores sociais se juntam, experimentam e frequentam espaços de negociações visando a convergência de opiniões e a materialização de acordos nas instituições ou estruturas.

Na sociologia pragmatista francesa, destacaram-se três vertentes na conhecida “virada pragmatista” a partir da década de 1980 (Corrêa; Castro, 2016 *apud* Viana, 2017). Na primeira vertente, destacam-se Bruno Latour e Michael Callon, no “Centre de Sociologie de l’Innovation (CSI)”, estes autores privilegiaram os momentos de controvérsias e disputas como objetos de análise, no qual destacaram momentos de incerteza da ação social. A segunda vertente que se destaca é liderada por Luc Boltanski e Laurent Thévenot que, com a formação do “Groupe de Sociologie Politique e Moral – GSPM”, rediscutiram o conceito de acordo social, considerando que não é mais resultado da interiorização de estruturas como antes referidos por Bourdieu, e as expectativas normativas apontadas por Parsons, mas, que é a consequência de um processo de investigação dos atores em “momentos críticos”. Por fim, destacaram-se autores como Daniel Cefai e Louis Quéré dentro do “Centre d’Études des Mouvements Sociaux

CEMS”, que buscaram problematizar uma compreensão do público mais ampla, em contraposição à perspectiva estruturalista de Bourdieu, trazendo a noção da arena pública como um emaranhado de problemas a serem discutidos pelos atores (Viana, 2017).

Para a discussão sobre a “construção de problemas públicos”, precisamos compreender os momentos que os antecedem, ou seja, o que leva à mobilização de esforços para essa direção. Momentos estes compreendidos como “momentos críticos” por Boltanski e Thévenot (1999) *apud* Antunes (2020), e “situações problemáticas” de Daniel Cefai (2002) inspirada na psicologia funcional da escola de Chicago.

Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1999) desenvolveram o conceito de “momento crítico” que antecede a construção de um problema público. De acordo com os autores, o momento crítico se trata de uma excepcional crise e as atividades críticas das pessoas por ela envolvidas, ou seja,

[...] um momento no qual pessoas envolvidas em relacionamentos comuns, que estão fazendo coisas em conjunto e necessitam coordenar suas ações, seja na política, no trabalho, ou em outra atividade coletiva qualquer, percebem que há algo errado, que as relações já não transcorrem do mesmo modo e que algo precisa ser feito para contornar tal cenário. Trata-se de um duplo movimento, implicando uma reflexão interna e uma performance exteriorizada (Boltanski e Thévenot, 1999 *apud* Antunes, 2020, 54-55).

De acordo com Louis Quéré (2003) *apud* Antunes (2020), no momento crítico, as pessoas além de depararem com o curso das coisas, também procuram uma forma de intervenção com vistas a prevenir situações, ou em busca de precaver a ocorrência de eventos ou eventos que podem ser temidos. Este processo requer a resolução de problemas e a investigação de possíveis causas, quer dizer, o processo envolve a identificação do que está acontecendo e a avaliação de suas consequências, visando desenvolver debates e comparações de julgamentos em torno dos resultados e arranjos a serem feitos (Quéré, 2003 *apud* Antunes, 2020).

De acordo com Cefai (2017), na psicologia funcional da Escola de Chicago, quando as reações habituais de organismos às solicitações de seu ambiente já não proporcionam a satisfação de suas necessidades, essas situações se tornam problemáticas. Perante as quais, pessoas, grupos, organizações e instituições se organizam em volta de tais situações, tentando cada um dos atores, a partir das suas perspectivas, reconhecer a origem dessa situação e, tentar identificá-lo e defini-lo, assim como atribuir-lhe causas e razões que possam determiná-lo como problema (Cefai, 2017).

Tanto nos momentos críticos na visão de Boltanski e Thévenot (1999), assim como em situações problemáticas de Cefai, podemos observar a preocupação de grupos de pessoas, organizações que atuam numa determinada área, em solucionar um problema que consideram existente, algo que afeta o funcionamento ou curso normal das coisas, deste modo, buscam coordenar esforços para corrigir o que está errado. Neste sentido, para que uma situação problemática ou um momento crítico se transforme em um problema público, precisa constituir uma ameaça ou grave prejuízo a uma determinada sociedade.

Na visão de Gusfield (1981), uma situação se transforma em problema público quando sai de uma esfera particular para esfera pública, ou seja, quando ganha uma dimensão societal, transformando-se em assunto de conflitos, controvérsias, debate de opinião no espaço público, precisando ser tratada pela ação coordenada de poderes públicos (governantes), das instituições, das organizações ou dos movimentos sociais. Segundo o autor, para que um assunto se transforme em um problema público é preciso a observância de três aspectos fundamentais: i) a tematização do assunto como problemático para a sociedade; ii) ser assunto de controvérsia e; iii) assumido por uma instância publicamente reconhecida como capaz de o resolver (Gusfield, 1981 *apud* Lança, 2000).

O problema público envolve um processo seletivo, não é algo em si mesmo, um dado objetivo, haja vista que a maioria dos assuntos públicos emerge depois dos eventos e processos que os encadearam. Em outras palavras, nem todas as crises, problemas e disputas se tornam públicas, ou seja, não se tornam objeto de conflito ou controvérsia em arenas de ação pública. Ademais, problemas tem histórias, sendo indispensável voltar o olhar para os processos pelos quais os membros de uma sociedade definem uma situação ou condição enquanto um problema. A questão central, portanto, gira em torno da análise de como um tema ou problema emerge como algo que merece um status público que necessita de uma solução (Gusfield, 1981, p. 1-6 *apud* Antunes, 2020 p. 61).

Neste sentido, tanto momento crítico assim como situações problemáticas antecedem a construção de problemas públicos, visto que, a partir dos dados da investigação realizada nestes dois momentos anteriores, os investigadores conseguem determinar as causas e prever possíveis consequência, podendo caracterizá-lo como público em caso de existir motivos para tal. Este exercício exige dos investigadores a capacidade de identificar se tal assunto é de algum modo controverso, a sua repercussão no espaço público, assim como os mecanismos de resolução e as entidades encarregadas de resolver tais questões.

De acordo com o Cefai (2017; p. 194), “o problema público só começa verdadeiramente a existir quando se torna um processo de experiência coletiva”. Ou seja, os problemas públicos não são aqueles cuja responsabilidade, o tratamento e a resolução são da competência dos poderes públicos. Mas, antes de tudo, são aqueles problemas que, embora possam ser atribuídos e tratados pela ação dos poderes públicos, também o são pela ação de instituições particulares ou de movimentos de cidadãos (Lança, 2000).

Na visão de Lança (2000), os problemas vão se desenvolver a partir de acontecimentos, desenrolar de várias situações ou de questões particulares que vão adquirindo um caráter coletivo e geral. Portanto, os problemas públicos nascem de conflitos, disputas e temas ou assuntos que na sua construção se deslocam para a arena de interesse comum ou público. Estes problemas emergem à medida em que grupos de pessoas, associações, instituições se mobilizam de diferentes direções, e buscam mecanismos de resolução deste problema (Cefai, 2017).

Outro conceito importante na construção de problemas públicos é o de arenas públicas, que se refere ao espaço de publicização do problema com baixa visibilidade. De acordo com Cefai (2017), existem diferentes tipos de arenas, porém, só constituem arenas públicas quando os mundos sociais que configuram territórios, tecnologias, conhecimentos, organizações e instituições se juntam para promover um bem coletivo, ou mobilizam esforços para resolver ou evitar um mal público.

De acordo com Gusfield (1981) *apud* Lança (2000), um problema só se torna público quando é controverso, polêmico e conflituoso nas arenas públicas, podendo ser consideradas arenas públicas os meios da comunicação social, tribunais, assembleias políticas, tribunas públicas, fórum dos movimentos da sociedade civil (cidadãos) e diferentes meios de difusão de informações. Na visão de Antunes (2020), em uma arena pública, a interação dos atores é marcada pela adoção de estratégias cooperativas e competitivas, guiada pelas alianças e conflitos que se desdobram de tempo em tempo.

Partindo dos estudos acima referidos, acreditamos que o processo de exploração de areia pesada em Varela constituiu uma situação problemática para a comunidade local com o início das atividades de exploração, que, se transformou em um problema público a partir do momento em que se tornou controverso e inundou espaço de discussões públicas (arenas públicas). Além de mobilizar esforços da sociedade civil guineense (formado por diferentes associações de base e organizações sociais), comunidades locais, acadêmicos (principalmente ambientalistas), órgãos de comunicação social, governo,

empresa exploradora e entre outros atores, em busca de soluções para o problema em causa.

Os efeitos da exploração apontados pela comunidade local e pelos ambientalistas, fizeram com que houvesse mobilização de esforços para a sua resolução, deixando assim a esfera particular (local), passando a constituir um problema público no âmbito nacional. Esses esforços resultaram na investigação dos órgãos de comunicação social de modo a inteirar da situação, discussão em diferentes espaços públicos, além das investigações desencadeadas pelo Ministério Público guineense. Também se destacaram as ações da comunidade local em protesto público visando a paralisação das atividades de exploração nessa localidade, e a realização das conferências de imprensa das associações locais.

No que diz respeito aos atores sociais com interesse na extração da areia pesada, as Autoridades Tradicionais do setor de Varela conformam uma parte dos atores interessados neste processo, por representarem a principal autoridade comunitária e parte destas mesmas comunidades afetadas pelas ações ligadas ao processo de exploração. Desta forma, faz-se necessário a compreensão do seu envolvimento no processo que levou à extração de areia pesada, e de que modo a sua presença ou ausência afetou o processo.

Quadro 5: Atores envolvidos/interessados no processo de exploração

Instituição/órgão	Estatal	Não Estatal	Descrição
Autoridades Tradicionais		X	Líderes das comunidades locais (tabankas e regulados) ...
Sociedade Poto Sarl		X	Empresa encarregada de exploração
ONG Tinguena		X	Organização que atua na área ambiental
Sociedade Civil		X	Conjunto de organizações sociais
Órgãos da comunicação S.	X	X	Agências noticiosas nacionais e estrangeiras com sede no país (Estatais e não)
M. Recursos Naturais	X		Responsável pela gestão dos recursos naturais e minerais
Ministério Público	X		Entidade Judicial, responsável pela investigação de crimes contra o patrimônio público
União Internacional para a Conservação da Natureza		X	Organismo que atua em diferentes países do mundo na conservação da natureza com sede em Bissau

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com o quadro acima, os atores não estatais importantes a serem destacados nesta pesquisa são, a empresa “Sociedade Poto Sarl” que fez a exploração, a sociedade civil, órgãos de comunicação social, acadêmicos “ambientalistas” etc. Por um

lado, a empresa que é a responsável pela exploração representa um importante ator neste processo, por se encarregar da exploração sob aval do governo através do Ministério de Recursos Naturais, e foco de crítica por parte da comunidade local e de outros atores que se posicionaram contrários ao processo. Por outro lado, os atores apontados acima questionaram os moldes do contrato de concessão e a viabilidade da atividade de exploração nas bolanhas, além de exigir mais estudos ambientais para determinação de possíveis impactos ambientais.

De ressaltar que, o contrato de concessão foi deliberado pelo conselho dos ministros e divulgado pelo governo através do ministro dos recursos naturais, após uma suposta realização de estudos ambientais que determinassem os impactos da exploração sobre o ambiente, e o ministro afirmou de que a empresa estaria em conformidade com as exigências da Célula de Apoio ao Impacto Ambiental (CAIA), o que viria a ser desmentida mais tarde com as denúncias de que a empresa cumpria menos da metade das exigências, ou seja, apenas 6 das 14 recomendações deixadas pela CAIA (Rispito, 2013; DW, 2014).

4.1. Processo de exploração de areia pesada em Varela

O processo de exploração da areia pesada em Varela foi um dos processos mais conturbados de exploração de recursos naturais na Guiné-Bissau, pois foi um acordo assinado entre o governo Guineense e uma empresa Russa (Sociedade Poto Sarl) administrado por Romesh Silva Gomes, sem conhecimento prévio do público sobre o assunto. De lembrar que esta assinatura de contrato ocorreu numa altura em que o país passava por uma transição política após o golpe militar de 12 de abril de 2012³³. Mas, momentos antes, o mesmo recurso havia sido explorado pelos Chineses sob aval do governo, como afirma o Ministro de Recursos Naturais Daniel Gomes, em anúncio no dia 15 de janeiro de 2013, do contrato de cedência de uma área estimada em 450 hectares assinado em dezembro de 2012 (IBD, 2013). O Ministro culpou o governo cessante ao afirmar o seguinte,

³³ O golpe de 12 de abril de 2012 aconteceu numa altura em que o país estava à beira do segundo turno das eleições presidenciais após o falecimento, em janeiro do mesmo ano, do presidente eleito Malam Bacai Sanhá, vítima de doença na França. Os militares derrubaram o presidente interino (Raimundo Pereira) e o primeiro ministro e candidato à presidência da república (Carlos Gomes Júnior), devolveram o poder aos políticos, que formaram um governo transitivo até a realização das eleições gerais em 2014.

Devo dizer que esta areia não existe só em Varela. Existe muita em diferentes pontos do país, que não vou dizer agora. Só que temos que ser sérios, honestos e gerir aquilo bem. [...] Toda a gente está a chorar que os chineses levaram 263 toneladas dessa areia. Ela foi levada do porto de Bissau. Toda a gente viu que os chineses a levaram com cumplicidade dos guineenses. Falta de nacionalismo (IBD, 2013).

Vale ressaltar que, anteriormente, em 2008, o governo eleito autorizou uma empresa Chinesa (*West African Union*) a proceder com as investigações de prospecção ao nível nacional, com a exceção de Varela, região que o governo deixou para estudos posteriores. Mas a empresa, sem qualquer estudo prévio e em colaboração com os funcionários do Ministério de Recursos Naturais, começou a exportar contêineres cheios de areia extraída de Varela, totalizando dez contêineres, que se estimou em 260 toneladas até o ano de 2012, como contou para agência de notícias Deutsche Welle (DW) a direção geral da Geologia e Minas do Ministério dos Recursos Naturais.

Nesta altura as comunidades locais (tabankas lideradas pelas Autoridades Tradicionais) e a sociedade civil (representação de grupos que lutam pelos direitos sociais), denunciaram atividades de exploração na zona costeira de Varela, dando conta da extração da areia pesada nas proximidades da praia, um dos pontos mais importantes do turismo do país. Essa denúncia da sociedade civil e das comunidades locais culminou na detenção de altos funcionários do Ministério de Recursos Naturais pelo Ministério Público, ainda em 2012 (DW, 2014).

A constituição Guineense de 1996, na sua alínea “b” do nº 1 do artigo 8º deixou claro que a república da Guiné Bissau exerce a sua soberania sobre o mar territorial definido pela lei, assim como os respetivos leitos e subsolo. No nº 2 do mesmo artigo, pode-se ler que o Estado exerce a sua soberania sobre os recursos naturais vivos que se encontram no seu território. No seu artigo 10º determinou a competência exclusiva em matéria de conservação e exploração de recursos naturais, sejam vivos ou não vivos, ao Estado “Constituição da República da Guiné Bissau” (CRGB, 1996).

O artigo 12º, na alínea “a” do nº 1, reconhece como forma de propriedade, a propriedade do Estado, patrimônio comum de todo o povo. No nº 2, determinou por propriedade do Estado, o solo, o subsolo, as águas, as riquezas minerais, as principais fontes de energia, a riqueza florestal e as infraestruturas sociais. No qual os recursos explorados em Varela configuram propriedade de Estado e, conseqüentemente, patrimônio comum de todo povo Guineense (CRGB, 1996). O que significa que esta questão exige uma abordagem mais cuidadosa que colocasse as partes interessadas em conversações, considerando o papel que cada um dos responsáveis desempenha.

Uma das questões que mais se fizeram ouvir é o porquê deste acordo não ter sido previamente discutido na Assembleia Nacional Popular (ANP³⁴)? Considerando que a Assembleia Nacional Popular (ANP) é a casa do poder legislativo e deliberativo que “representa” o povo que lhe elege a partir do sufrágio universal, conformando assim o principal corpo dos atores governamentais eleitos, tendo em consideração que se trata de recursos que compõem o patrimônio comum do povo. Além do mais, a discussão em meio à sociedade Guineense é que o processo deveria ter sido acompanhado de perto pela comunidade local (Tiniguena, 2016), através das suas representações perante o poder estatal como atores políticos capazes de influenciar o curso da política, que, não só consideram esses recursos como patrimônio que visa o desenvolvimento econômico, mas também porque o território forma uma parte da história identitária do seu povo.

Esta preocupação com a ligação histórica do povo com o lugar foi percebida na fala de Cella Djédjo, régulo de Varela, na reportagem da Deutsche Welle no local da exploração um ano depois do início das atividades, quando afirmou, com convicção e em tom de protesto, “onde estão a fazer a exploração da(s) areias é um lugar sagrado e se continuarem podemos até morrer,” temendo a ira dos ancestrais por terem mexido com o lugar sagrado (DW, 2014).

De ressaltar que, o acordo de cedência que agências de notícias como a DW (2014), O Democrata (2015), tiveram acesso, não só deixou de fora a sociedade em geral e as comunidades locais, assim como não foi previamente discutido entre os legisladores (deputados da nação), o que levou ao questionamento da viabilidade desse acordo, considerando que se trata de assunto nacional, diretamente ligado à questão socioambiental e socioeconômica do país. Contudo, a decisão foi diretamente tomada pelas lideranças do governo de “transição” que avançaram com a assinatura de um acordo com a empresa Russa.

A constituição Guineense atribuiu ao Estado a responsabilidade pela concessão das áreas para exploração, desde que esta ação se volte para o desenvolvimento ou aumento das riquezas do país, deste modo, o artigo 13º da constituição, no nº 1 estabelece que: “O Estado pode dar, por concessão, às cooperativas e outras pessoas jurídicas singulares ou conectivas a exploração da propriedade estatal desde que sirva ao interesse geral e aumente as riquezas sociais” (CRGB, 1996, P. 4).

³⁴ Órgão legislativo, composto de 102 deputados, sendo 100 no círculo nacional e 2 da diáspora. A sua composição resulta da formação do governo, que pode ser pela maioria absoluta de um partido ou coligação, ou uma maioria relativa com pacto de incidência parlamentar com outros partidos.

Porém, a Constituição não especifica o caminho a ser seguido para essa concessão, apesar de apontar a Assembleia Nacional Popular (ANP) como supremo órgão legislativo e de fiscalização política que representa o povo Guineense independente do círculo eleitoral dos deputados eleitos, e que tem o poder de decisão sobre as questões fundamentais que envolvem a política interna, assim como externa. É também da competência exclusiva da Assembleia Nacional Popular a aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE) e plano nacional de desenvolvimento apresentado pelo governo, assim como o Programa de Governança³⁵, além de legislar sobre o Estatuto da Terra³⁶ e a forma da sua utilização (CRGB, 1996). Os artigos 85º a 87º dão a entender que o acordo para exploração da areia pesada de Varela, por representar fonte de riqueza do Estado Guineense, e patrimônio coletivo, deveria ter sido discutido previamente pelos legisladores e posteriormente seguir as regras do contrato público.

Outro ponto a ser analisado, é o papel do governo, que, de acordo com a alínea d) do número 1 do artigo 100º da CRGB (1996), compete ao governo no exercício das suas funções, “legislar por decretos-leis e decretos sobre matérias respeitantes a sua organização e funcionamento e sobre matérias não reservadas à Assembleia Nacional Popular” (CRGB, 1996, P. 22). Esta competência referida nesta alínea é exercida após reunir o Conselho dos Ministros, que, de acordo com o artigo 101º da CRGB, é formado pelos Ministros do governo, sob liderança do Primeiro Ministro (chefe do governo).

Vale destacar que, no modelo guineense (semipresidencialista), a formação do governo segue a conjuntura da Assembleia Nacional Popular (ANP) com base nas eleições legislativas. A casa legislativa guineense está formada por cento e dois (102) deputados da nação, que são escolhidos por círculos eleitorais, o governo é formado por partido ou coligação com maior representação parlamentar. Lembrando que o país conta com a separação entre os três poderes: Legislativo (ANP), Executivo (Governo) e Judiciário (Tribunais), a constituição destaca no seu art. 59º, quatro órgãos da soberania: Presidente da República, Assembleia Nacional Popular, Governo e Tribunais, na qual, a sua organização baseia-se na separação e independência de cada um dos órgãos e a sua subordinação a constituição (CRGB, 1996).

³⁵ Instrumento de governação, ou guia do governo quanto as suas prioridades e as políticas a serem adotadas ao longo do exercício do governo.

³⁶ Trata-se do estatuto que determina a forma de concessão da terra para atividades agrícolas e de exploração (individual ou coletiva) na Guiné Bissau.

A competência legislativa que o Conselho dos Ministros exerce de acordo com o artigo 102º, por meio de decretos-leis e decretos, é conferida pela Assembleia Nacional Popular ao governo, de acordo com a alínea k) do número 1, do artigo 85º, assim como os artigos 91º e 92º da Constituição guineense (CRGB, 1996). O número 3 do artigo 92º aponta que, após a aprovação de quaisquer decretos-leis por parte do governo no uso da competência legislativa delegada, estes serão remetidos para a ratificação da ANP com prazo de 30 dias, passado este prazo para o efeito, será considerado ratificado. O governo em causa estava desprovido dessa base parlamentar que lhe confere tal competência, ou seja, por ter sido formado após o golpe militar para transição até as eleições, ele carecia dessa legitimidade para deliberar sobre assunto de recurso público sob delegação de competência por parte da ANP, o que levou ao questionamento da legalidade desse contrato de concessão.

Outra questão a ser analisada, é a forma como o contrato foi assinado sem prestação de um concurso público, violando as regras previstas na lei de concurso público, na qual, o nº 2 do art. 1º e art. 3º da lei guineense (decreto nº 2/2012) de 6 de agosto, reserva o lançamento e condução do processo de adjudicação e a declaração do vencedor, apenas à Unidade Central das Compras Públicas do país, o que não foi o caso neste processo de exploração, onde se verificou a inobservância das normas do contrato público, gerando revolta das organizações da sociedade civil e dos outros segmentos da sociedade guineense, indignados com a forma como o governo conduziu o processo de concessão (Bissau Resiste, 2014).

De ressaltar que, de acordo com as agências noticiosas, o projeto previu a exploração de cerca de 3,5 quilômetros para extração de areia pesada durante os quatro anos do contrato. Neste processo, baseada nas informações que constam no documento que (Rispito, 2013; DW, 2014) e outros tiveram acesso, apenas uma pequena percentagem estimada entre 5% a 7% da areia é aproveitável nessa exploração, isto é, cerca de 119 toneladas de minerais (**ilmenite, zircão e rutilo**). Na ocasião, o Ministro dos recursos naturais afirmou à imprensa, ter autorizado a concessão após ter recebido resultados dos estudos de impacto ambiental e estimativas de resultados econômicos de exploração da areia pesada (RISPITO, 2013; IBD, 2013).

Zircão, de acordo com Jaló (2018), constitui a principal fonte do elemento químico Zircônio. O mineral é utilizado nos ramos da construção, assim como nos conversores de combustíveis catalíticos, como barras de combustível nuclear. O minério Ilmenite, que é considerado um importante minério fonte de ferro e titânio, possível de ser encontrado

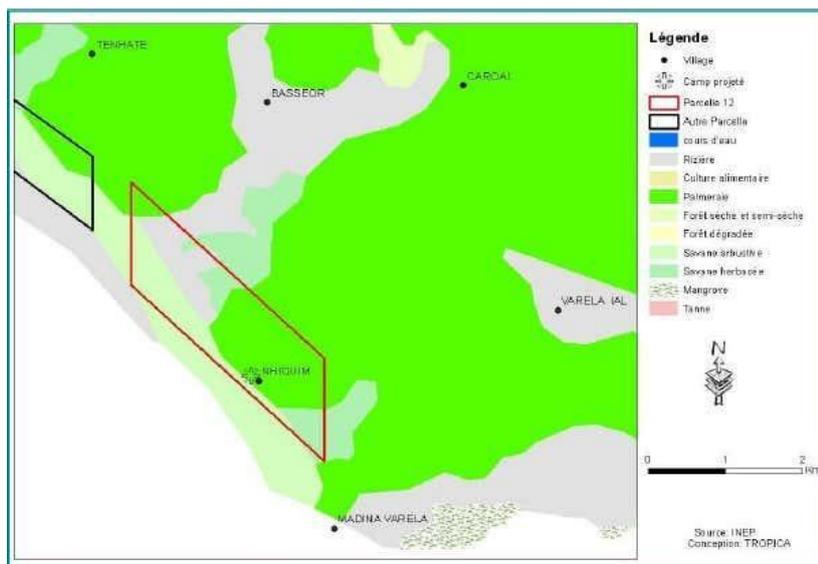
nas areias de praia como é o caso da areia pesada de Varela. Este mineral é explorado para produzir dióxido de titânio, além do titânio metal. E o Rutilo, que é um dióxido de titânio, que pode ser utilizado para extração de titânio, podendo conter até 10% de ferro, e também é utilizada nos ramos da construção, as suas partículas são utilizadas como protetores solares (JALO, 2018).

Mesmo com as garantias do Ministro sobre estudos do impacto ambiental, as Autoridades Tradicionais que representam principais decisores das comunidades locais, não se convenceram sobre tais resultados, por falta de documentos comprobatórios do estudo em causa, assim como foi o acordo, cujo teor é desconhecido pela sociedade (Tiniguena, 2016). O desconhecimento do acordo deixou a população desconfiada sobre o processo de exploração, assim como sobre as diretrizes da cedência da zona em causa, visto que houve pouca clareza por parte do governo. Isso eliminou, de maneira total, as possíveis discussões sobre a viabilidade ou não desse processo numa zona úmida, que pode impactar não só a paisagem, assim como pode poluir a água e o ar.

De referir que esta zona de exploração se situa na zona fronteiriça com a república de Senegal, com quem tem vindo a disputar a exploração de petróleo na fronteira, a aldeia de Varela se encontra no centro desse terreno que cobre outras aldeias que compõem a caracterizada parcela 12 de acordo com Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisa, dentre as quais figuram as aldeias de Nhiquim, Madina Varela, Basseor e Tenhate, tendo sido a aldeia de Nhiquim a primeira identificada na zona e, conseqüentemente, a primeira indicada para o início da exploração (TINIGUENA, 2016). A composição da parcela 12 do projeto de exploração pode ser observada nas seguintes figuras.

Os dois mapas abaixo representam a zona costeira de Varela cedida pelo governo à empresa “Sociedade Poto Sarl” para efeitos de exploração. No qual, a primeira imagem indica a zona que forma a parcela 12, composta pelas tabankas de Nhiquim, Madina Varela, Basseor e Tenhate e, na segunda figura, pode-se ver no retângulo, a tabanka de Nhiquim que foi a primeira a ser explorada, com o início das atividades em 2013. Os documentos e sites consultados não relataram sobre a exploração em outras localidades, desta feita, carecemos das informações que apontem para as atividades em outras tabankas.

Figura 5: Mapa de localização da parcela 12



Fonte : INEP/Exploitation Sables Lourds à Varella *apud* Tiniguena (2016).

Figura 6: Localização Autorizada



Fonte : INEP/Exploitation Sables Lourds à Varella *apud* Tiniguena (2016).

A importância dos minerais extraídos a partir da exploração de areia pesada de Varella, e os impactos ambientais e para a vida das pessoas que vivem na região, revelam a necessidade de envolvimento de vários atores no processo de decisão sobre a exploração, de modo a direcionar o processo para o desenvolvimento local e aumento da receita do Estado. Isso contaria com a necessária discussão prévia da possibilidade de cedência e os benefícios que a exploração traria ao Estado e à região, assim como os possíveis impactos ambientais, bem como estratégias a serem adotadas para diminuir

esses impactos negativos. Por essas razões acreditamos que pela relevância do assunto em causa, deveria ter sido debatido por atores como parlamentares, sociedade civil Guineense, ambientalistas (caso de Nelson Dias, Miguel de Barros e outros) e as comunidades locais (tabankas) através das suas representações.

4.2. Autoridades Tradicionais como atores no processo de exploração

Nesta parte do trabalho procuraremos compreender a atuação das Autoridades Tradicionais no processo de exploração, buscando entender se foram consultados antes do início de exploração e qual foi a sua posição quanto a esta atividade na zona em causa, se houve acordos com o governo ou com a empresa (Poto Sarl), assim como perceber se tiveram uma presença ativa no decorrer das atividades da extração de areia.

De acordo com os órgãos de comunicação social como a DW, O Democrata, Cm, RFI e blogs como Rispito, IBD, Fala de Papagaio e entre outros, através das reportagens feitas nas zonas onde ocorre a exploração, e com base nas declarações do ministro dos recursos naturais, entende-se que, da mesma forma que o acordo de cedência não foi previamente discutido pelos legisladores, as comunidades/tabankas que compõem a secção de Varela desconhecem os moldes desse acordo. Essa revelação foi feita por um ancião da tabanka de Yal, que afirmou ao jornal “O Democrata” de que antes do início da extração da areia, o administrador do setor do São Domingos (representante local do Estado) lhes informou sobre o acordo da concessão, mostrando um papel que não lhes deixou ler, por isso desconhecem o teor do contrato. Na sua intervenção, o ancião afirmou o seguinte:

[...] o actual governador da Região de Cacheu, o antigo Administrador de São Domingos, disse-nos que a empresa Russa Potu Sarl tem licença para explorar as areias pesadas aqui na Foz do Rio Willin. Só mostrou um papel numa reunião que tivemos com ele, mas não nos deixou ler esse papel (O DEMOCRATA, 08/02/2015).

A falta de comunicação verificada no processo de exploração em Varela constitui um grande problema, que culminou em um mal-estar tanto entre a comunidade e a empresa quanto entre a comunidade e o governo (Estado). A comunidade como parte interessada no processo se sentiu excluída do mesmo, tendo sido apenas informada sobre as decisões do governo e não chamada a decidir junto. Este problema foi identificado pela

ONG Tiniguena³⁷ no seu relatório sobre as zonas de exploração, que apontou como um dos problemas diagnosticados a insuficiência do diálogo e de concertação entre as partes (atores) interessadas na política, entre os quais as Autoridades Tradicionais (locais), o governo e a sociedade civil, que configuram as principais partes interessadas no processo. A ONG também denuncia a falta de clareza verificada nos contratos de concessão (TINIGUENA, 2016).

O governo Guineense concedeu a licença de exploração à empresa russa após a decisão tomada pelo conselho dos ministros, sem que houvesse uma discussão deste projeto com os representantes comunitários, que, como referido anteriormente, conformam a principal autoridade nas suas comunidades, dotados de poder político para decidir sobre a vida sociopolítica, cultural e espiritual dessas sociedades. Deste modo, o processo teve seu início sem a participação efetiva dos responsáveis comunitários, deixados de fora na tomada de decisão sobre a extração de recursos em um território dirigido por eles, atividade esta que pode causar grandes mudanças para a zona, alterando assim, o estado do solo em volta da praia, além do risco de salinização do rio e possível poluição das águas e ar pelo descarte de material químico, preocupação apresentada pelos ambientalistas (Cm, 2014).

A exclusão das Autoridades Tradicionais no processo decisório acerca da exploração de areia pesada em Varela poderia ter sido por falta de reconhecimento desta estrutura de poder político pelo órgão estatal. Visto que, apesar de serem vistos como parceiros de Estado na gestão local, essa estrutura não teve o seu reconhecimento mencionado pela constituição da república Guineense, limitando assim a sua relação com o poder estatal de modo informal. Porém, a exclusão de outros atores, como foi o caso de representantes políticos (deputados da nação) e as organizações sociais, demonstra uma estratégia de exclusão geral adotada de forma deliberada pelo governo, de modo a evitar o veto desses atores com base na legitimidade do governo.

A estrutura de poder tradicional foi pega de surpresa pela decisão do governo, decisão da qual foi excluída, tendo sido informada apenas sobre a assinatura de acordo de concessão e da obtenção de licença de exploração pela empresa, informação esta que foi acompanhada de muitas promessas visando o desenvolvimento da secção de Varela e de todo o setor de São Domingos. A informação foi noticiada pelas agências de notícias

³⁷ A Tiniguena, é uma organização não governamental guineense, fundada em 1991, o nome significa “Esta Terra é Nossa” na língua Cassanga da Guiné Bissau. A ONG atua na dinamização da participação social efetiva na construção e desenvolvimento do país.

como a Dw (2014) e O Democrata (2015), que afirmam que, além da carta apresentada à comunidade, o governo através da sua representação local (Administrador do setor de São Domingos) deixou promessas de construções de infraestrutura hospitalar, escolas e uma estrada que liga São Domingos a Varela, promessas feitas por parte da empresa russa, que também deixou garantias de que os jovens das tabankas seriam chamados para trabalhar na exploração deste recurso. Além da informação que consta no documento que o Blog “*Rispito*” teve acesso, segundo o qual, prevê a empregabilidade de mais de 50 jovens das *tabankas* durante o processo de exploração (Rispito, 2013).

Nesta senda de programas voltados para o desenvolvimento comunitário, de acordo com a DW (2014), a empresa comprometeu-se a investir cerca de 40 milhões de Franco cfa, correspondente a R\$ 318.598,81 na cotação de 2023, o que não tem vindo a ser cumprido pela empresa, como explica o presidente de Associação dos Filhos e Amigos de Varela³⁸ Wilson Cambidja, quando afirmou que as receitas da exploração não contribuem na melhoria da vida da população, ainda aponta os danos causados à agricultura pela atividade de exploração (DW, 2014).

O que se pode observar nas falas dos responsáveis locais, publicadas nos meios de comunicação, assim como no relatório da ONG Tiniguena, é que as Autoridades Tradicionais não foram envolvidas no processo de tomada de decisão sobre o processo de exploração. Acabando apenas por acompanhar de lado o processo sem poder decidir sobre o mesmo, o que acabou provocando a revolta da comunidade contra a ação do governo que levou a atividade de exploração à zona que consideram sagrada e de prática agrícola. Neste âmbito, a comunidade local exigiu a suspensão das atividades de exploração, desencadeando ações de protestos públicos com a presença dos meios de comunicação social, e através das conferências de imprensa por parte dos mais jovens das *tabankas*.

³⁸ Essa associação engloba todos os jovens pertencentes ao setor de Varela, sejam eles residentes nas *tabankas* ou aqueles residentes em Bissau, visando trabalhar em colaboração com as lideranças locais para mudança e desenvolvimento comunitário.

5. MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM TORNO DE UM PROBLEMA

As movimentações da sociedade civil guineense e de outros atores sociais do país em torno da exploração em Varela tiveram início quando as comunidades locais começaram a denunciar aos órgãos da comunicação social sobre as atividades de extração da areia pesada nas margens da praia. Estas denúncias levaram a um esforço por parte dos órgãos da comunicação social, que se deslocaram para a localidade onde ocorre a exploração para se inteirarem da situação através de registros de opinião dos moradores, além de esforço de verificar as informações fornecidas pela comunidade, através da constatação *in loco* das atividades no local.

A Empresa Poto Sarl obteve inicialmente, em 19/04/2013, uma declaração de conformidade ambiental, após a realização de uma avaliação de impacto ambiental e social (AIAS), realizada pelo consultor Senegalês cujo nome não foi mencionado pela DW (2014). Essa era uma das exigências do governo para a assinatura de contrato de concessão, que, de acordo com a DW (2014), foram realizadas consultas e audiências públicas nas localidades³⁹, o que foi fortemente questionada pelos ambientalistas, por falta de documentos comprobatórios de tais atividades. A declaração em causa autorizou a instalação da empresa pelo prazo inicial de um ano, tendo como condição a elaboração e implementação de 14 programas que constam no plano de gestão ambiental e social, além de medidas que visam a redução dos impactos negativos (DW, 2014; Tiniguena, 2016).

O descumprimento das recomendações (que não foram detalhadas) sobre o impacto ambiental deixadas pela Célula de Apoio ao Impacto Ambiental (CAIA⁴⁰), associado ao descumprimento das promessas feitas à comunidade local provocou insatisfação no seio da população, culminando em revolta das aldeias transmitidas nas vozes dos líderes locais e registradas pelos órgãos da comunicação social. De acordo com a DW (2014), a empresa cumpriu apenas 6 das 14 recomendações deixadas pela CAIA, que deveriam servir de requisitos para o início da exploração. Mas, mesmo com este descumprimento, já se encontra na posse da empresa a declaração de conformidade ambiental emitida pela secretaria de Estado do ambiente do governo de transição, que autorizou o início da exploração.

³⁹ A informação que tivemos sobre a consulta pública não explica como ela foi feita, e nem como foi a participação da comunidade local, se houve a representação das Autoridades Tradicionais.

⁴⁰ Entidade estatal responsável pela supervisão da avaliação de impacto de todos os investimentos a nível nacional, seja público ou privado (Ver Relatório de Balanço da Guine Bissau para Cimeira Rio+20, 2012).

Perante essa situação, houve uma mobilização de diferentes atores em busca da solução para o problema vigente, começando pelo posicionamento das lideranças comunitárias, assim como a comunidade em geral contra a exploração. Entre os motivos que levaram a este posicionamento estava a falta do interesse da empresa em cumprir com as promessas, além do silêncio por parte dos sucessivos governos perante a situação crítica vivida pela população local. Destaca-se também o posicionamento dos ambientalistas sobre os impactos ambientais da exploração, assim como a pressão do movimento da sociedade civil e dos meios da comunicação social do país, que ajudaram na publicização e na conscientização da sociedade em geral sobre o problema em causa. A partir desse momento o assunto começou a ganhar destaque em diferentes arenas, foi debatido por vários atores, visando à resolução do mesmo.

A comunidade de Varela, composta por tabankas de Nhiquine, Carruae, Basseore, Tenhato, Sukujaque, Assuka e Yal, aproveitaram a presença dos meios de comunicação social no local e por meio de reportagem, apresentaram suas preocupações aos jornalistas quanto aos efeitos da exploração, revelando que antes da exploração havia condições propícias para a prática agrícola e atividade de pesca artesanal, atividades estas que estão sendo afetadas gravemente pela exploração a poucos metros da praia. A população de Varela ainda se revelou em choque perante o abandono do Estado, reclamando do silêncio que o governo teve durante as reivindicações contra a empresa exploradora em face de contaminação ambiental, acusando o governo de falta de interesse para resolver o problema (O Democrata, 2015).

Dentre as vozes que se levantaram contra a exploração na foz do rio Willin, destacam-se as falas do ancião de Yal que não se identificou, ou seja, o seu nome não consta na matéria da reportagem, que afirmou não compreender os motivos que levaram ao incumprimento da promessa de criação de condições para as comunidades por parte da empresa antes de iniciarem a exploração da areia. Os habitantes das aldeias ainda se queixaram da inacessibilidade ao alto escalão da empresa, tampouco aos documentos comprobatórios dos estudos ambientais (O Democrata, 2015).

Na ocasião, Armando Djata, Comité de tabanca de Yal, considerou inaceitável o silêncio do governo perante a situação que se passa em Varela, afirmando que perante este silêncio e a falta de poder para suspender a exploração, recorreram-se aos “*djamabacus*⁴¹” para ver se conseguirão parar a exploração que está a contaminar as suas

⁴¹ Pessoas com poderes mágicos, consideradas elos de ligação entre a comunidade e os seus ancestrais, liderança religiosa tradicional.

bolanhas, afetando gravemente a atividade agrícola e de pesca das tabankas. Em tom de raiva e protesto, Djata afirmou que a comunidade de Varela não quer a exploração de areia pesada, considerando que não faz sentido a forma como a empresa tem ignorado as preocupações da comunidade, descumprindo as suas promessas, e a forma como o governo se silenciou sobre o assunto (O Democrata, 2015).

As falas dos representantes comunitários em forma de protestos foram acompanhadas de protestos públicos da comunidade em geral, de modo a demonstrar a sua preocupação e insatisfação para com a exploração que decorre nesta localidade, assim como fazer chegar à entidade competente a sua posição de revolta quanto ao incumprimento das promessas feitas pelo governo, assim como pela empresa exploradora de areia pesada. O protesto contou com a reunião da comunidade em geral em um espaço público, debaixo das árvores na presença dos órgãos da comunicação social por horas de jejum, como se pode observar na imagem abaixo.

Figura 7: Protesto em Varela



Fonte: Tiniguena (2016)

A mesma reportagem ouviu Aissato Cadjaf, anciã da tabanca de Yal, que afirmou que a população não tem força para parar com a exploração, assegurando que só o Estado pode mandar parar a empresa que explora areia pesada, por isso vão continuar a pedir ao Estado para mobilizar o esforço de parar a exploração, considerando que se isso não acontecer, a população morrerá de fome por causa da salinidade da água das *bolanhas* antes cultivadas, prejudicando assim a atividade agrícola e da pesca (O Democrata, 2015). Ela afirmou ainda que,

“O Estado tem conhecimento desta exploração, foi ele quem autorizou esta empresa, então não podemos violar a decisão, mas mesmo cumprindo o acordo, pretendemos que a empresa cumpra com a sua promessa de construção de escolas, hospital e estrada. Não aceitaremos a permanência desta empresa porque estamos a correr risco de sair das nossas tabancas tão ricas e bonitas por causa de água salgada do mar que invade os nossos terrenos de cultivo. Por isso continuamos a pedir ao Estado como detentor da terra, que pare a exploração da Areia Pesada” [...] (O Democrata, 08/02/2015).

De ressaltar que o governo impôs a melhoria de condições da vida da população dessas aldeias como contrapartida para a exploração nessa zona, como reporta a DW (2014). Entre as condições exigidas estava a construção de infraestrutura hospitalar, construção da estrada que liga São Domingos à Varela, além da infraestrutura escolar para o setor, o que não foi o caso. Lembrando que a empresa chinesa (*West African Union*), que havia iniciado a exploração do mesmo recurso antes da empresa Russa prometeu os mesmos serviços, mas não passou de uma simples promessa não cumprida, prometendo até pagar por cada árvore de fruto destruída no processo. O comitê de tabanca de Yal informou ainda que, de acordo com as palavras de Vice Administrador de secção de Suzana, Roberto Honório Tamba, estava garantido que além das infraestruturas prometidas, a empresa iria pagar pelos danos causados pela exploração (O Democrata, 2015).

De acordo com a reportagem no local da exploração, publicada em 2015 pelo jornal O Democrata, o comitê de tabanca de Yal considerou que seria mais benéfico para o setor a construção de infraestruturas hoteleiras, que consiste no plano de desenvolvimento turístico, o que contribuiria para o desenvolvimento do setor e crescimento do índice de desenvolvimento com a empregabilidade de grande número de jovens das tabancas, do que a exploração de areia pesada que pode trazer consequências graves para o setor (O Democrata, 2015).

Neste âmbito, além das reivindicações desencadeadas pelas lideranças tradicionais de secção de Varela, começando pelas lideranças femininas lideradas pelas anciãs, as lideranças juvenis, comitês e chefes de tabancas, a associação dos intelectuais filhos e amigos de Suzana e Varela⁴² residentes na Capital “Bissau” têm vindo a reivindicar a sua participação no processo de exploração dos recursos da sua secção, através das entrevistas e conferências de imprensa para explicar a situação em que se

⁴² Trata-se de núcleo de jovens intelectuais das tabancas que compõem a secção de Varela que se encontram na capital Bissau, que se juntaram em busca da solução como representantes das tabancas perante o poder público.

encontram as tabankas após o início das atividades de exploração, considerando ser representantes legítimos do povo dessa zona, e por isso, vendo uma necessidade de defender os interesses comunitários (Tiniguena, 2016).

Questionado sobre a esperança do povo sobre a resolução deste problema, comitê Armando Djata afirmou que deixaram o assunto com a Comissão criada por jovens intelectuais de Varela para darem seguimento ao Dossiê, (ao se referir ao dossiê, o comitê se refere ao processo de embate iniciado pela juventude como forma de parar com a exploração, expondo os efeitos da exploração à sociedade guineense em geral), além de ponderarem sobre o processo judicial e os caminhos a serem seguidos, reunidos em Bissau para realizar os trabalhos precisos. A comissão é encarregada de esclarecer a posição das tabankas sobre qualquer outro assunto ligado à exploração, podendo ser feito através de conferências de imprensa ou na reunião com os representantes do governo, da empresa, da sociedade civil, etc. (O Democrata, 2015).

O relatório da ONG Tiniguena considera que houve a falta de envolvimento da sociedade no processo de exploração, que não contou nem com a presença das comunidades locais, tampouco das suas representações associativas. O que obrigou as entidades locais a recorrerem aos meios de comunicação social, através de conferências de imprensa, cartas abertas, entrevistas com repórteres locais, para expressar as suas insatisfações pela falta de clareza no processo de extração de areia pesada, além da falta de interesse dos sucessivos governos em resolver a situação que tem vindo a agravar com a exploração (DW, 2014; O Democrata, 2015; Tiniguena, 2016).

A publicização desse assunto contou com uma grande contribuição dos meios de comunicação social, levando as falas das comunidades locais e as imagens da margem da praia onde ocorrem as atividades de exploração, que apontam para uma degradação ambiental que afeta toda sociedade guineense. Essa publicização fez com que o assunto saísse da esfera local para pública, ganhando assim a dimensão societal de que precisava para se tornar um problema público, merecedor da atenção de várias entidades, sejam elas estatais ou não estatais. Deste modo, passou-se a ser discutido por atores de diferentes esferas públicas, visando encontrar mecanismos viáveis de resolução de tal problema a partir de diferentes arenas públicas.

5.1. Preocupações ambientais e a publicização do problema

Segundo as informações que constam da notícia datada de 23 de fevereiro de 2013, do blog Rispito, o governo Guineense realizou pesquisa ambiental uma semana antes. Na ocasião, a Célula de Avaliação de Impacto Ambiental (CAIA) e a Direção Geral do Ambiente (DGA) realizaram “auscultação pública⁴³” nas localidades a serem afetadas pelo projeto, na qual registraram a preocupação dos moradores e dos representantes comunitários (Autoridades Tradicionais), que se mantiveram desconfiadas com relação aos estudos. A comunidade local, através das suas lideranças tradicionais, preocupadas com os possíveis impactos ambientais, pediram que fossem mantidas atualizadas sobre o que será feito, e que a sua preocupação fosse levada em consideração no relatório do estudo a ser entregue ao governo (RISPITO, 2013).

De acordo com as notícias avançadas pelos meios de comunicação social, a comunidade local se mostrou interessada em saber os custos e benefícios para a região, possíveis perigos de radioatividade, impacto dos caminhões nas estradas que ligam as tabancas ao setor da exploração, o que constitui uma preocupação com a saúde dos moradores. Questionaram se o pó levantado pela exploração não poderá afetar a saúde da população e as suas sementeiras (sementes conservadas para cultivo), e, conseqüentemente, afetar a sua atividade agrícola (RISPITO, 2013).

De referir que o “suposto” estudo ambiental só foi realizado em fevereiro de 2013, após o governo ter assinado o contrato de concessão e arrendamento para exploração da areia pesada na localidade de Varela em dezembro de 2012. O que levou os ambientalistas a afirmarem a ausência de estudos ambientais antes da concessão a empresa Poto Sarl, além de questionarem a forma como o governo pretende lidar ou tem vindo a lidar com os impactos ambientais. Outra questão que suscitou críticas e desconfianças sobre tais estudos, é a não disponibilização pública do relatório dos estudos ambientais, o que levou o Nelson Dias (representante da União Internacional da Conservação da Natureza) a afirmar que não houve estudos suficientes que visassem a redução dos impactos ambientais (CM, 2014).

De acordo com Rispito (2013), o relatório de estudos ambientais aponta para impactos negativos da exploração, como a alteração do estado natural do solo, a modificação da paisagem, além da modificação do perfil da praia e aumento da erosão da costa, que já vinha sendo fortemente afetada pelas mudanças climáticas. Ainda admite-se a possibilidade de as águas subterrâneas terem sido afetadas pela salinização, além da

⁴³ As informações apontaram apenas a realização da auscultação pública, não tivemos detalhes desse processo e nem o acesso ao relatório de tal estudo.

possível destruição ou fragmentação de habitats naturais da fauna terrestre e marinha. De ressaltar que o processo de extração da areia será feito através de uma plataforma flutuante que filtra a areia, retendo os minerais e deixa de volta a areia no local, a uma profundidade estimada é de 3 a 5 metros (DW, 2014).

Figura 8: Equipamentos usados para exploração em Varela



Fonte: Agência de notícias DW

Passado um ano das atividades de exploração, ambientalistas Guineenses se mostraram preocupados com as condições de trabalho e a falta de estudos que determinam a viabilidade da exploração em Varela. A preocupação foi partilhada pelo representante da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN⁴⁴) no país, Nelson Dias, que afirmou em uma entrevista à Correio da manhã em março de 2014, que não foram feitos estudos suficientes para proteger o ambiente, além de denunciar a tecnologia usada no processo, que é arcaica segundo ele. Não há garantias de que a qualidade da água será preservada, o que pode não só afetar a população das aldeias, como também os peixes e as bolanhas que conformam fonte de alimento da região, afirma o Dias (CM, 2014).

Figura 9: Local de exploração

⁴⁴ Trata-se de uma rede ambiental internacional, criada em 1948, voltada para proteção e conservação da natureza, composta por organizações governamentais e da sociedade civil. Consultar: <https://iucn.org/>



Fonte: Jornal o Democrata gb, 2015

A mesma preocupação foi registrada pela DW em 29 de maio do 2014, quando entrevistou Salifo Djata, morador de aldeia de Nhiquim, que afirmou que a exploração começou a ter impactos negativos sobre a aldeia, devido à salinidade da água que começou a aumentar a partir do início da exploração. “Temos falta de água. Desde que começaram a exploração, a água que consumimos ficou salgada. Somos obrigados a percorrer três quilômetros à procura da água” (DW, 29/05/2014).

O medo da população local reside na propagação da contaminação das suas bolanhas, como referimos antes, fonte da sua sobrevivência, baseada na prática agrícola e na pesca. Armando Djata, comitê de Yal, afirmou que antes do início da exploração as suas bolanhas produziam grande quantidade de arroz, que é a base da refeição dos Guineense, e com uma qualidade boa, o que tem vindo a diminuir drasticamente a partir do início da exploração da areia pesada, tanto a quantidade, assim como a qualidade do produto (O Democrata, 2015).

A mesma preocupação pode ser constatada na fala da anciã de tabanka de Yal Aissato Cadjaf, que afirmou que antes do início da exploração as bolanhas estavam cobertas de água doce, agora com a exploração não conseguem utilizar a mesma água porque já está salgada, assegurando que até o ano seguinte não estariam em condições de cultivar essas mesmas bolanhas, colocando em risco muitas famílias que dependem da atividade de pesca e de agricultura. Vale ressaltar que estas bolanhas não pertencem apenas aos habitantes de Yal, mas segundo a fala do comitê Djata, uma grande parcela dos habitantes de Assuca também tem bolanhas em Nhiquim (O Democrata, 2015). A

imagem abaixo demonstra a subida da água salgada, afetando as bolhanas das aldeias de Varela.

Figura 10: Foz do rio Willim



Fonte: O Democrata (2015).

A questão viria a ser tema de discussão muito quente durante o debate dos magistrados do Ministério Público, a margem do segundo Congresso⁴⁵ dos magistrados do Ministério Público em maio de 2018, sob participação de vários representantes da sociedade civil Guineense e das outras organizações nacionais. A questão ambiental foi levantada pelo Sociólogo e ambientalista guineense Miguel De Barros (líder e representante da ONG Tiniguena), como pauta principal da sua intervenção. Na ocasião, o sociólogo questionou os trabalhos feitos pelo Ministério Público após várias denúncias do que considera crimes ambientais, praticados por empresas estrangeiras que exploram recursos naturais no país. Afirmou na ocasião que as organizações da sociedade civil fizeram denúncias de crimes ambientais, mas esta instituição de justiça nada fez quanto a isso (Diário de notícias, 2018).

Vale destacar que o Ministério Público é o órgão responsável pelas investigações sobre práticas que conformam o crime contra o patrimônio público do Estado Guineense e de fiscalização, ele atua de forma independente na apuração de fatos e coleta de provas e conduz o processo ao poder judiciário para o julgamento, porém, cotidianamente deixa

⁴⁵ Encontro destinado a capacitação e retrospectivas dos magistrados do Ministério Público aberta a representantes das outras organizações públicas e privadas, o evento visa a discussão da atuação desta instituição e dos seus agentes.

muito a desejar aos olhos da sociedade guineense, que considera que a preocupação dos magistrados é apenas com os assuntos políticos e não com os interesses da população. O órgão é muitas das vezes criticado por alegada ligação com os políticos, principalmente com a presidência da república, visto que o titular do órgão (procurador geral da república) é indicado pelo presidente, o que leva a vários questionamentos sobre a atuação dos titulares desse órgão.

O questionamento do sociólogo suscitou um debate intenso, o que gerou também discórdias entre os magistrados, tendo alguns deles concordado com o sociólogo quanto à atuação do Ministério Público perante as denúncias feitas pela sociedade civil e a população local, e outros rebatendo as falas do sociólogo, como foi o caso do procurador Victor Insali, que afirmou que “dizer que o ministério público não fez nada é penalizante”. O procurador explicou que trabalhou em 2012 com as denúncias feitas sobre o abate das árvores e a exploração da areia pesada de Varela, tendo remetido o processo ao então procurador geral da república (Diário de notícias, 2018).

De ressaltar que em 2012, antes de acordo de cedência entre o governo e a empresa Pôto Sarl, o Ministério Público já havia desencadeado um processo investigativo que levou à detenção de altos dirigentes do ministério de recursos naturais que estavam colaborando com as empresas estrangeiras na exploração de vários recursos no país, com destaque para a areia pesada de Varela. Desde então, não se ouviu falar mais em processo ou detenções resultantes das denúncias, que não faltaram nos últimos anos em Varela. A população tem vindo a denunciar também a falta de infraestrutura que garanta uma exploração segura, apontando a degradação ambiental causada pela exploração a céu aberto, colocando em risco a saúde e a prática agrícola da comunidade.

Em defesa do Ministério Público e dos magistrados, o procurador Victor Bacurim atribuiu ao Estado a responsabilidade pela fragilidade das instituições judiciais do país, ao afirmar que não se pode esperar que haja um Ministério Público forte em um Estado fraco como é o caso da Guiné Bissau. Essa fala foi contrariada pelo procurador-geral adjunto e ex-presidente de tribunal das contas Alberto Djedju, que perguntou ao colega até quando a justiça Guineense vai continuar a apresentar essa fraqueza porque o Estado é fraco? Afirmando que na existência de lei no país, como é o caso da Guiné, eles, enquanto magistrados, têm de trabalhar com elas (Diário de notícias, 2018).

No âmbito da sua declaração, Djedju recebeu apoio do seu colega e presidente de sindicato de magistrados Domingos Martins, que afirmou que, para que se possa ter um Ministério Público forte, é necessário que cada magistrado, a cada dia, em qualquer

processo, esteja forte e em conformidade com as leis da república. A afirmação foi aprovada pelo procurador Mário Baticã, que reconheceu a fragilidade dessa instituição judicial ao afirmar que, nos últimos tempos, se ouve mais ruídos dos ditos processos grandes do que uma boa notícia do poder judiciário para a população (Diário de notícias, 2018). De salientar que, estes e vários outros motivos fizeram com que aos olhos da sociedade Guineense, as instituições judiciais fossem apenas instrumentos de atuação de um determinado grupo na sociedade (governantes), deixando o povo desconfiado desta instituição pública do Estado.

Após o assunto ter aquecido o debate, o sociólogo terminou dizendo que pela percepção da sociedade Guineense, o Ministério Público se move com mais rapidez quando os assuntos envolvem os políticos ou seus interesses, afirmando que, talvez por dar maior visibilidade aos magistrados e conseqüente promoção, frisando que a sociedade espera uma atuação do ministério público que visa abertura dos processos e a conseqüente condenação dos criminosos (Diário de notícias, 2018).

Em meio à população, em fóruns locais, espaços de discussões não formais, o processo de exploração em Varela foi discutido desde a sua legalidade, impactos econômicos, sociais, e sobretudo ambiental, já para as instituições ambientais, a maior preocupação se centra na questão ambiental, com destaque para as falas do representante da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN) Nelson Dias, em entrevista à Correio da manhã (CM, 2014), assim como a intervenção de Miguel de Barros no congresso dos magistrados do Ministério Público. Estas vozes ajudaram na publicização de um problema que parecia ser de menor importância para o governo, tornando-o assunto debatido em várias arenas públicas, com vistas a encontrar mecanismos para o solucionar.

Buscando compreender a decisão do governo e a posição das comunidades revoltadas com o processo, vários segmentos da sociedade civil, assim como as agências de notícias nacionais e estrangeiras residentes no país, como é exemplo de Deutsche Welle (DW), Correio da Manhã (CM) e Diário de Notícias (DN), que foram as principais agências noticiosas estrangeiras na publicização do problema em Varela, além da atuação do principal jornal do país (O Democrata), e diferentes blogs de divulgação digital das informações, que procuraram constatar de perto o desenrolar do processo, e pressionar o governo para resolução deste problema que afeta a população de Varela. Esta posição da sociedade civil e dos meios de comunicação, acompanhado de pressão das comunidades locais e dos ambientalistas, deu espaço para discussão (tematização) desse

assunto em várias arenas de discussão, a sua publicização, transformando-o em um problema público.

5.2. Conflitos e o fim da exploração em Varela

O processo de extração de areia pesada em Varela gerou vários conflitos entre as comunidades locais e a empresa, assim como com o governo. De outro lado configurou-se um litígio entre a empresa e o governo, gerado pela suspensão em 2014 das atividades de exploração por parte do governo, dando assim espaço para entrada de mais atores no jogo. Inicialmente o embate foi local, colocando de um lado a comunidade local que contestava a exploração devido à sua crença de que a empresa estava profanando um local sagrado. Isso demonstra a sua preocupação com a sua espiritualidade e com a existência, que se explica a partir de sua história e rituais ancestrais. Também baseava a sua preocupação na preservação dos ecossistemas, de modo a garantir uma interação saudável com a natureza, que é parte dessa relação cultural e religiosa.

Por outro lado, observou-se a preocupação com a sobrevivência de um povo que culturalmente vive da interação Homem-Natureza, relação esta observada no cultivo de arroz nas bolanhas onde ocorre a exploração, e a prática pesqueira que faz parte da sua luta pela sobrevivência em um território com fraca presença de Estado, na qual a população vive em condições desafiadoras, além da salinização das águas do poço utilizada para o consumo diário. Também se sentiram ignorados pelo governo ao não comporem o corpo dos tomadores de decisões sobre a exploração de recursos que se encontram no seu território, sem contar com os riscos que este processo pode gerar para a comunidade como um todo.

A partir do posicionamento das comunidades locais, os meios da comunicação social começaram a noticiar sobre o processo e a buscar se inteirar da situação presencialmente, abrindo assim uma nova arena de discussão e publicização do problema. Nesta altura, as organizações da sociedade civil, ambientalistas e vários outros atores se posicionaram contrários ao acordo de cedência e exigiram o fim da exploração. Em 2014, o recém formado governo liderado pelo engenheiro Domingos Simões Pereira, resultante das eleições legislativas de 13 de abril, pressionado pelas exigências dessas instituições não governamentais, principalmente pelas informações avançadas pela DW (2014), que davam conta de que a empresa cumpriu apenas 6 das 14 exigências deixadas por Célula de Apoio ao Impacto Ambiental, suspendeu o contrato da exploração da areia em julho, sob alegação de incumprimento das normas estabelecidas no acordo por parte da empresa.

Na ocasião, a entidade reguladora dos concursos públicos do país alegou que o processo de concessão violou as regras do concurso no país. Deste modo, a deliberação nº 6/2014 emitida pela Comissão de Recursos e Resolução de Litígios da Autoridade dos Concursos Públicos da Guiné Bissau, suspendeu as atividades de exploração de areia pesada em Varela, anulando o contrato de concessão da licença de exploração. A decisão foi tomada com base no nº 2 do art. 1º e art. 3º da lei guineense (decreto nº 2/2012) de 6 de agosto, que reserva o lançamento e condução do processo de adjudicação e a declaração do vencedor, apenas à unidade central das compras públicas do país, o que não foi observado neste processo, o que levou a comissão a afirmar que a empresa se beneficiou da concessão sem a observância das normas que presidem o contrato público (Bissau Resiste, 2014).

A suspensão do contrato de concessão que autorizou a exploração de areia pesada por parte do governo gerou dividendos entre o governo e a empresa até a sua readmissão (admitida a proceder novamente com as atividades de exploração), em 13 de novembro de 2014, ou seja, o litígio durou cerca de 4 meses até a sua suposta resolução, visto que em dezembro do mesmo ano a empresa foi impedida de exportar os contêineres que já se encontravam em Bissau. Nesta altura a empresa ameaçou entrar com queixa contra o Estado guineense, alegando que tem cumprido com todas as exigências ambientais e que o governo estava tentando refazer o contrato denigrando a imagem da empresa (O Democrata, 2015).

Em conferência de imprensa em 12 de março de 2015, o responsável administrativo da empresa, Romesh Silva Gomes, afirmou estar indignado com a decisão do governo, visto que anteriormente o ministro dos recursos naturais Daniel Gomes havia autorizado sua empresa a exportar cerca de 500 toneladas de areia pesada, porém, em dezembro o mesmo enviou uma nota a Direção Geral das Alfandegas (DGA) para que não permitissem a saída dos contêineres para o exterior, exigindo assim uma explicação por parte do governo. Neste embate entre as partes, o tribunal judicial da província norte, sediada no setor de Bissorã (região de Oio), mandou suspender as atividades de exploração, produção, transporte e exportação para comercialização, a partir de um procedimento cautelar (processo nº 8/2015, de 03 de março), assinado pelo Juiz de Direito, Abraão Silva de Almeida (O Democrata, 2015).

O litígio entre o governo e a empresa não colocou um ponto final na exploração, pelo menos naquele momento, visto que o impasse foi ultrapassado com a declaração do ministro de recursos naturais que afirmou que a empresa cumpriu as exigências

clausuladas no contrato, autorizou a empresa a continuar com as atividades de exploração após a decisão do conselho dos ministros (CM, 2014). As vozes contrárias à exploração não pararam de se levantar, desde as comunidades locais, organizações da sociedade civil, ambientalistas, até os cidadãos comuns, devido aos danos causados pela exploração nessa zona. As vozes acima citadas, como dos responsáveis locais, ambientalistas e representantes do poder judicial, demonstram o nível de preocupação da sociedade guineense com o processo de exploração e os seus efeitos nas comunidades locais.

Durante o ano de 2015, em que a empresa voltou às suas atividades, e os anos que se seguiram, as organizações/atores sociais continuaram a denunciar os efeitos das atividades de exploração a céu aberto, além dos equipamentos que consideram arcaicos, como contou Nelson Dias, representante da União Internacional da Conservação da Natureza (UICN), o que tem vindo a gerar impactos negativos ao ambiente, como havia sido apontado no relatório da Célula de Apoio ao Impacto Ambiental (CAIA). Neste âmbito se intensificaram as reivindicações das comunidades locais a partir das suas representações (Autoridades Tradicionais), assim como pela associação dos filhos e amigos de Varela e Suzana que se consideram legítimos representantes dos interesses comunitários. O assunto “exploração” passou a fazer parte da discussão entre várias entidades públicas e a merecer atenção da sociedade em geral. Porém, mesmo com a formação de novo governo, resultante de uma composição da ANP que deu maioria absoluta ao PAIGC, com 57 dos 102 deputados da nação, o assunto não mereceu a atenção dos representantes do povo. Ou seja, o assunto não foi discutido novamente pelos legisladores, tampouco, tentaram parar a exploração mesmo perante várias denúncias de crimes ambientais e a reivindicação da comunidade local. De lembrar que nessa altura, o ministro dos recursos naturais se manteve na sua posição mesmo com a troca de governo, por ser militante e dirigente do partido vencedor das eleições.

Perante este problema (desinteresse do governo em solucionar o problema), as comunidades locais se viram obrigados a adotar diferentes formas de protesto que fizessem chegar a sua preocupação aos responsáveis, realizando protestos públicos em meio às tabankas por horas, como demonstra o relatório da ONG Tiniguena (2016), conferências de imprensa e diferentes esforços junto às organizações da sociedade civil com vista a resolver a situação. Nas falas da anciã de Yal, Aissato Cadjaf, pode-se perceber que mesmo protestando contra a empresa e contra o governo, ainda mantêm-se o respeito e a confiança no governo como responsável, e com capacidade de pôr fim à exploração. Na sua fala, afirmou que o Estado (governo) é o dono da terra, foi ele quem

autorizou a exploração, por isso continuarão a pedir que ele faça a empresa parar com as atividades, pois não tem força para parar com a exploração, mas o governo é responsável por isso.

O Estado tem conhecimento desta exploração, foi ele quem autorizou esta empresa, então não podemos violar a decisão, mas mesmo cumprindo o acordo, pretendemos que a empresa cumpra com a sua promessa de construção de escolas, hospital e estrada. Não aceitaremos a permanência desta empresa porque estamos a correr risco de sair das nossas tabancas tão ricas e bonitas por causa de água salgada do mar que invade os nossos terrenos de cultivo. Por isso continuamos a pedir ao Estado como detentor da terra que pare a exploração da Areia Pesada (O Democrata, 2015).

A mesma responsabilização ao governo e suas instituições foi verificada na fala do sociólogo e ambientalista guineense Miguel de Barros, quando questionou a atuação do ministério público perante as denúncias das comunidades locais e das organizações da sociedade civil, quanto aos efeitos de exploração dos recursos naturais no país, principalmente da areia pesada de Varela. Visto que, após a suspensão e o suposto cumprimento das exigências por parte da empresa, que levaram a continuidade das atividades de exploração, os sucessivos governos lidaram com a pressão das comunidades locais para pôr fim à exploração, o que não aconteceu, deixando mais espaço para as reivindicações que não pararam de surgir.

Passados 10 anos após a assinatura de contrato de concessão entre o governo guineense e a empresa Poto Sarl, e do início da exploração da areia pesada, o governo liderado por engenheiro Nuno Gomes Na Biam, anunciou o fim do acordo após a reunião de conselho dos ministros em 08 de dezembro de 2022 (FP, 2022). De acordo com as informações, o contrato assinado em 2012 e anunciado em 2013 previu a exploração da areia pesada pela empresa Poto Sarl durante o período de 10 anos, deste modo, tendo terminado o prazo, o governo decidiu não renovar o contrato com a empresa. A reunião ordinária de conselho de ministro foi presidida pelo presidente da república, Umaro Cissoco Emabaló, onde as deliberações foram comunicadas pelo porta-voz do governo, Fernando Vaz (FP, 2022).

O comunicado do governo deu o processo de exploração como concluído, porém, não se ouviu falar sobre os mecanismos adotados para reverter os danos ambientais causados pela exploração, ou seja, desde então, não se ouviu mais falar dos problemas das comunidades de Varela, que continuam enfrentando problemas de escassez de água causada pela salinização dos rios doces e poços, além da degradação das bolanhas antes cultivadas.

A preocupação com o impacto ambiental causado pelas atividades de exploração no leito do rio Willim, fizeram com que os atores sociais de diferentes esferas se mobilizassem e coordenassem esforços para travar a exploração. Porém, como não têm o poder de o fazer através de despacho ou decreto, buscaram a publicização do problema, para que possa tomar um caráter universal, deixando a esfera privada e local para fazer parte de um problema público do Estado. Esta mobilização dos atores levou, de alguma forma, à alguma decisão do governo, com o intuito de resolver ou minimizar o problema em causa. Contudo, as ações não pararam definitivamente com as atividades, visto que a empresa seguiu com a exploração até o final do contrato em 2022, mas, fizeram com que se tenha uma tentativa de minimização dos impactos ambientais durante o processo.

Considerações finais

A relação entre o poder formal (Estado) e a estrutura do poder tradicional (Autoridades Tradicionais) tem sido objeto de estudo entre muitos estudiosos da África subsaariana desde os finais da década de 1990. O interesse nesse assunto se deu pela necessidade de compreender a formação dos Estados-nação africanos pós-independência, visto que, antes da existência dessa forma de organização essas sociedades já contavam com estruturas de poder político, dotados de poder e legitimidade assegurada pelos preceitos tradicionais com base nos rituais místicos e ancestrais. Mesmo com a invasão europeia que aconteceu no século XV, estas estruturas mantiveram o controlo e exercício de poder sobre os seus territórios.

No primeiro momento, os europeus, através do “governo direto”, buscaram criar aliados dentro dos territórios invadidos, com a instrução acadêmica de uma parcela da população (assimilados) e a subjugação da maioria não instruída. Esta estratégia não funcionou para o avanço da dominação dos territórios devido ao fraco poder de influência que estes assimilados tinham sobre a população. Ficando cada vez mais difícil satisfazer os desejos de controlar os territórios invadidos, surgiu a ideia de um “governo indireto”, que se baseava na aliança com os nativos, principalmente com as lideranças políticas (Autoridades Tradicionais) de modo a conseguirem o maior controlo dos territórios, essas alianças não só seguiram a via de barganha, mas também a utilização da força por parte dos colonizadores.

No caso guineense, após as resoluções da Conferência de Berlim de 1885, que davam conta de que para que uma potência seja considerada detentora de um território, o país em causa precisava ter controlo total das colônias, os portugueses aumentaram a força ofensiva contra os territórios com estruturas que se mantiveram inflexíveis à sua dominação, o que desencadeou um episódio de extrema violência causada pela perseguição e eliminação física de líderes tradicionais. Deste modo, a relação da Administração colonial com as Autoridades Tradicionais seguiu dois caminhos, o de persuasão e o da coerção, o que complicou muito as pretensões de um controlo total dos territórios.

O movimento independentista liderado pelo Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), aproveitou a relação conturbada entre as duas estruturas para levar as Autoridades Tradicionais para o movimento anticolonial, o que conseguiu com o discurso de nacionalismo e contrário ao jugo estrangeiro. O objetivo do PAIGC

era manter uma aliança com os líderes locais e conseguir o apoio das comunidades para enfrentar a dominação colonial, principalmente com a presença dos jovens na estrutura militar, este objetivo foi conseguido com o recrutamento de muitos jovens para as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), porém, a relação entre as duas estruturas não era das melhores, pelo que acabaram se afastando durante a luta e de forma mais clara após a proclamação da independência, o que deixou as Autoridades Tradicionais fora do espaço das decisões políticas do Estado.

Devido à sua legitimidade que se assenta nos domínios tradicionais ancestrais, fora dos preceitos legais do Estado moderno, esta estrutura manteve a sua influência e exercício do seu poder perante as comunidades locais. Esta situação de afastamento se arrastou até os finais da década de 1980, quando o país começou a se mover nos trilhos que levavam à liberalização política (multipartidarismo), nessa altura, tanto PAIGC, quanto os partidos recém-formados começaram a correr em direção às Autoridades Tradicionais, com vistas a uma aliança estratégica que garantisse o apoio incondicional das comunidades locais. A partir dessa altura, a estrutura de poder tradicional passou a ser considerada imprescindível para as tarefas de gestão de terra, administração da justiça e manutenção da ordem comunitária, a relação que manteve até os dias atuais.

A constituição guineense não faz menção às Autoridades Tradicionais, nem as suas funções de articulador entre as autoridades estatais e as comunidades locais, porém, através das suas representações locais, o Estado busca manter a relação saudável com as Autoridades Tradicionais para facilitar a relação Estado – sociedade nas zonas rurais. O processo de exploração da areia pesada de Varela revelou a exclusão dessa estrutura das decisões políticas, pois, de acordo com o observado, o governo através da sua representação local, apenas informou às Autoridades Tradicionais de Varela sobre o acordo de cedência sem que antes fossem chamadas a discutir a proposta e as condições da exploração.

O processo em causa pegou tanto as Autoridades Tradicionais quanto a população em geral de surpresa, visto que não foi discutido previamente nos espaços públicos e decisórios, como é o caso da Assembleia Nacional Popular (ANP), que é constitucionalmente responsável pelas decisões ligadas às questões de interesse nacional, por representarem a vontade do povo expressa nas urnas. Essa decisão do governo gerou questionamentos por parte dos cidadãos, tendo em conta a natureza do governo (transição/não eleita), ou seja, o governo em causa não saiu das urnas e carece da

legitimidade para tomar decisões sobre questões de extrema importância, pois se trata de recursos coletivos e consequente riqueza de Estado.

Outro aspecto importante que se observou ao longo deste exercício investigativo é o incumprimento das regras estabelecidas para os concursos públicos no país, na ocasião, houve a inobservância do decreto nº 2/2012 que prevê a exclusividade da condução do processo de concurso público até a divulgação do vencedor à Unidade Central das Compras Públicas, o que culminou na invalidação do contrato em 2014 pela entidade reguladora dos concursos públicos, após uma grande pressão exercida pelas Autoridades Tradicionais de Varela e as comunidades que compõem o setor, em uma frente apoiada pelos ambientalistas e fortemente divulgada pelos órgãos da comunicação social.

Os impactos ambientais causados pelas atividades de exploração em uma localidade húmida (bolanha), gerou revolta das comunidades locais contra a exploração, essa revolta chamou atenção dos meios de comunicação social, que começaram a investigar o processo e constatar *in loco* os efeitos da exploração sobre as tabankas. Este movimento dos órgãos de comunicação social ajudou na publicização de um assunto que parecia merecer pouca atenção do governo, passando a ganhar destaque nos espaços de discussão e o apoio de grande maioria das organizações da sociedade civil guineense, saindo da esfera privada para se tornar um problema de interesse público, em um processo de construção de um problema público.

No âmbito de publicização do problema, envolveram-se vários atores com crenças diferentes, mas com o único objetivo de parar com a exploração que estava a prejudicar as comunidades locais e com possíveis impactos ambientais a nível nacional. As comunidades locais se preocuparam com duas questões, primeiramente com as questões religiosas e culturais, visto que, consideram que o espaço onde é extraída a areia é sagrada e faz parte das suas raízes. Em segundo lugar, se preocuparam com a sua sobrevivência, tendo em conta a salinização que vinha afetando a sua agricultura, água de consumo diário e as atividades de pesca, além de descarte de materiais químico que matavam os peixes. Os ambientalistas convergiram na segunda questão com as comunidades locais, se preocupando com os impactos ambientais imediatos e ao longo prazo, causados pela atividade de exploração, o que levou ao questionamento dos estudos ambientais que ajudassem a minimizar tais impactos.

O problema mereceu a atenção de vários atores, passando a ser considerado público pela dimensão que ganhou rapidamente, porém, essas ondas de reivindicações

desencadeadas pelas comunidades locais, com destaque para a atuação das Autoridades Tradicionais, da sociedade civil e dos órgãos de comunicação social, não fizeram parar definitivamente a exploração, pois, em julho de 2014 sob deliberação nº 6/2014, a Comissão de Recursos e Resolução de Litígios da Autoridade dos Concursos Públicos suspendeu o contrato de concessão devido à violação das regras de concurso público, assim como a providência cautelar do tribunal provincial que mandou suspender todas as atividades da empresa voltadas à exploração, mas o governo voltou a autorizar a empresa a prosseguir com as atividades em dezembro de 2014 até o término de contrato em dezembro de 2022.

Olhando para o processo como todo, percebemos que, além do governo ter deixado de lado os atores importantes (legisladores, Autoridades Tradicionais, estudiosos/ambientalistas, ONGs, organização da sociedade civil etc.) no processo que levou à assinatura de contrato e à consequente exploração da areia pesada em Varela, também não seguiu os critérios estabelecidos para o concurso público no país, dificultando a análise do processo com base nos modelos analíticos (Frameworks) de Políticas Públicas. Observado a partir da análise do “problema público”, com ênfase na construção do problema e os momentos que o antecedem, constatamos uma coordenação dos esforços de diferentes atores na publicização e ampliação da arena de discussão desse problema, buscando a sua resolução de modo a diminuir os seus efeitos.

Acreditamos que as Autoridades Tradicionais não atuaram ativamente no processo de exploração de areia pesada na secção de Varela, visto que não foram consultadas antes da assinatura de contrato, só foram informadas da decisão sem terem acesso ao contrato. Porém, tiveram um papel fundamental na luta contra a continuidade das atividades de exploração, que visava o cumprimento das recomendações da CAIA por parte da empresa para evitar a catástrofe que se desenhava. Para as próximas investigações sobre a temática, recomendamos a realização de um trabalho de campo, de modo a conseguir além dos documentos, a interação direta com os atores envolvidos no processo (através de entrevistas, questionários etc.), principalmente com as Autoridades Tradicionais e os agentes estatais para compreender a relação do Estado com essas autoridades comunitárias e o próprio processo de exploração da areia pesada.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Henrique F. SOBRE MOMENTOS CRÍTICOS, PROBLEMAS PÚBLICOS E ARENA PÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES DO PRAGMATISMO FRANCÊS. Aurora, Marília, v.13, n. 2 , p. 53-76, Jul./Dez., 2020. <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2020.v13n2.p53-76>
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 2016
- BAYAN, Lúcia. « **Régulo e Comité: Acertos e divergências na Secção de Suzana** », *Cadernos de Estudos Africanos* [Online], 30 | 2015, posto online no dia 14 dezembro 2015, consultado em 02 maio de 2019. URL: <http://journals.openedition.org/cea/1869>; DOI: 10.4000/cea.1869.
- BAYAN, Lúcia. Autoridades Tradicionais, insegurança alimentar e gestão de recursos: um estudo de caso no Reino Felupe de Suzana (Guiné Bissau). ISCTE-IUL, 2010.
- BRITO, Brígida Rocha (Coordenação). Estudo Socioeconómico e Diagnóstico para Acompanhamento das Condições de Bem-Estar das Famílias da Região de Cacheu. Projecto Integrado de Segurança Alimentar de Cacheu (PISAC) CE: FOOD/2003/057-028/109. 11/2006.
- CABRAL, Amílcar. Alguns princípios do Partido. *in* nota da editora Seara Nova, na edição de 1974 deste texto. <https://afreekasite.files.wordpress.com/2018/03/a-arma-da-teoria-amilcar-cabral.pdf> . Acesso por último em 15 de novembro de 2022.
- CAOMIQUE, Policarpo Gomes. Virtudes satanizadas: epistemologias Africanas e outros olhares. 1ª ed. São Paulo, Fontenele publicações.2020.
- CAOMIQUE, Policarpo Gomes. Estado e poder tradicional na Guiné-Bissau: uma análise da (re) inserção dos líderes tradicionais de Caió no cenário político e administrativo (1991-2020) / Policarpo Gomes Caomique. - 2022. 112 f.
- CARVALHO, Clara. A REVITALIZAÇÃO DO PODER TRADICIONAL E OS REGULADOS MANJACO DA GUINÉ-BISSAU. *Etnográfica*, Vol. IV (1), 2000, pp. 37-59.
- CARVALHO, Clara. **La legitimidad de la palabra**: La historia de los régulos poscoloniales en Guinea Bissau. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, No. 87, PROCESOS DE RECONCILIACIÓN POSBÉLICA EN ÁFRICA SUBSAHARIANA (OCTUBRE 2009), pp. 17-38
- CEFAI, Daniel. PÚBLICOS, PROBLEMAS PÚBLICOS, ARENAS PÚBLICAS... NOVOS ESTUD. II CEBRAP II SÃO PAULO II V36.01 II 187-213 II MARÇO 2017 Daniel Cefai* tradução de Rosa Freire d'Aguiar. <http://dx.doi.org/10.25091/S0101-3300201700010009>
- COMITINI, Carlos. Amílcar Cabral : a arma da teoria / Coordenação [de] Carie* Comitini. — Rio de Janeiro : Codecri, 1980.
- CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto / John W. Creswell; tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CROWLEY, Eve L. **CONTRACTS WITH THE SPIRITS: RELIGION, ASYLUM, AND ETHNIC EDENTITY IN THE CACHEU REGION OF GUINEA BISSAU**. 05/1990.
- CROWLEY, Eve L. **Chefes de posto e chefes da terra: dinâmica de dominação e autodeterminação na região de Cacheu** *in*: Soronda (revista de estudos Guineenses) n. 15. jan. 1993.
- DJALÓ, Tchernó. O mestiço e o poder. Identidades, dominações e resistência na Guiné. Lisboa, Portugal: Nova Veja, 2012.
- Enciclopédia Global. <https://www.megatimes.com.br/>. Acesso em 24 de agosto de 2022.
- FANON, FRANTZ. **Os Condenados da Terra 1961, tradução de José Laurênio De Melo** *in* Coleção PERSPECTIVAS DO HOMEM Volume 42 *Série Política*, 1968.

<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/10522> . Acesso por último em 15 de novembro de 2022.

FLORENCIO, Fernando. O papel das autoridades tradicionais na transição para a democracia em Moçambique. Brief Papers n° 6/98, CESA, Lisboa, 1998.

FLORENCIO, Fernando. **Autoridades tradicionais vaNdau de Moçambique:** o regresso do *indirect rule* ou uma espécie de *neo-indirect rule*? **. *Análise Social*, vol. XLIII (2.º), 2008, 369-391.

FLORENCIO, Fernando. Pluralismo Jurídico e Estado Local em Angola: um olhar crítico a partir do estudo de caso do Bailundo. *Antropologia Portuguesa*, v. 28, n. 5, p. 95-134, 2011.

FORQUILHA, Salvador Cadete. **O Paradoxo da Articulação dos Órgãos Locais do Estado com as Autoridades Comunitárias em Moçambique:** Do discurso sobre a descentralização à conquista dos espaços políticos a nível local. *In:* FLORENCIO, Fernando e LOURENÇO, Vítor Alexandre (dir). *Cadernos de Estudos Africanos*, 16/17 / 2009, «Autoridades Tradicionais em África: um universo em mudança» [Online], outubro 2011.

FRANCO, Maria L. P. B. *Análise de conteúdo* / Maria Laura Puglisi Barbosa Franco. – Brasília, 2ª edição: Liber Livro Editora, 2005. 79p.

GIL, Antônio Carlos. COMO CLASSIFICAR AS PESQUISAS? 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/download/38881088/como_classificar_pesquisas.pdf acesso por último em 23/01/2023

GIL, Antônio Carlos, 1946 - *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* / Antônio Carlos Gil. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. **PESQUISA QUALITATIVA:** tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29. 1995

GUERREIRO, Sara (Coor). *Estudo sobre o Acesso à Justiça na Guiné-Bissau: Regiões de Cacheu e Oio e Sector Autónomo de Bissau*. 2011

GUERREIRO, Sara. *Justiça estatal e justiça tradicional na Guiné-Bissau*. *Sintidus*. 2018 número 1 · 79-106

GUINÉ-BISSAU, *Constituição da República da Guiné-Bissau 1984-1996...*

HAMA, Boubou & KI-ZERBO, Joseph. **Lugar da história na sociedade africana** *in* **História geral da África, I:** Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. 992 p.

HERNAES, Per. **O “Tradicional” e o “Moderno” na África Ocidental** *in:* LAUER, Helen; ANYIDOHO, Kofi (Org). *O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas*. Brasília: FUNAG, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA (INE-GB). **Região de Cacheu. RGPH**. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA (INE-GB). **PROJECTIONS DEMOGRAPHIQUES EN GUINEE BISSAU (2009 - 2030)**. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA (INE-GB) **BOLETIM ESTATÍSTICO DA GUINÉ-BISSAU “GUINÉ-BISSAU EM NÚMEROS 2017”**

JAO, Mamadu. **Os Poderes Tradicionais no período de Transição** *in:* KOUDAWO, Fafali & MENDY, Peter Karibe (Coordenadores). **Pluralismo Político na Guiné Bissau:** uma transição em curso (1996).

JOSÉ, André Cristiano. **Autoridades Arditosas e Democracia em Moçambique**. 2005. O Cabo dos Trabalhos: *Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FLUC*, Nº 1, 2006. <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/ensaios.php>

KOUDAWO, Fafali. **SOCIEDADE CIVIL E TRANSIÇÃO PLURALISTA NA GUINÉ-BISSAU 1991-1996** in: KOUDAWO, Fafali & MENDY, Peter Karibe (Coordenadores). **Pluralismo Político na Guiné Bissau: uma transição em curso** (1996).

LANÇA, Isabel Babo. **A CONSTRUÇÃO DOS PROBLEMAS PÚBLICOS: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DO CASO TIMOR**. ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES, PARIS. ANTHROPOLOGICAS, nº4, 2000

LOURÊNÇO, Vitor Alexandre. **O Campo Político em África: As relações de (inter)dependência entre Estado e Autoridades Tradicionais**. CEA-ISCTE. Lisboa, 2006.

LOURÊNÇO, Vitor Alexandre. **Moçambique: Memórias sociais de ontem, dilema do político de hoje**. 2ª edição. Lisboa, 2009.

LOPES, Carlos. **A transição Histórica na Guiné-Bissau: Do movimento de libertação Nacional ao Estado**. 1987.

MAMDANI, Mahmood. **ENTENDENDO A VIOLÊNCIA POLÍTICA NA ÁFRICA PÓS - COLONIAL**. 2016. O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas / Helen Lauer, Kofi Anyidoho (organizadores). – Brasília: FUNAG, 2016.

MARTINEZ, Esmeralda Simões. Legislação Portuguesa para o Ultramar / Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana / Ano III, Nº 5, julho/2010

MARTINS, Gilberto de Andrade. Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa / Gilberto de Andrade Martins. – 2. ed. – 2. reimpr. – São Paulo : Atlas, 2008.

MENDY, Peter Karibe. **Conquista militar da Guiné: da resistência à “pacificação” do arquipélago dos Bijagós** in: Soronda (revista de estudos Guineenses) n. 13 jan. 1992.

MENDY, Peter Karibe. **A EMERGENCIA DO PLURALISMO POLÍTICO NA GUINÉ-BISSAU** in: KOUDAWO, Fafali & MENDY, Peter Karibe (Coordenadores). **Pluralismo Político na Guiné Bissau: uma transição em curso** (1996).

MENESES, Maria Paula. **Poderes, direitos e cidadania: O ‘retorno’ das autoridades tradicionais em Moçambique**, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 87 | 2009, colocado online no dia 15 outubro 2012, criado a 19 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/1428>; DOI: [10.4000/ rccs.1428](https://doi.org/10.4000/rccs.1428).

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **DISCURSO NACIONAL E ETNICIDADE EM ÁFRICA: O CASO DA GUINÉ BISSAU (1959 – 1994)**. 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2019.

NACIMENTO, W. Santos. **Os “assimilados” na legislação colonial portuguesa em Angola (1926-1961) in Áfricas: política, sociedade e cultura / Washington Santos Nascimento; Danilo Ferreira da Fonseca; Helena Wakim Moreno; Mariana Bracks Fonseca (Orgs.) - - Rio de Janeiro: Edições Áfricas, 2016. 208 p.**

NOBREGA, Álvaro. **A luta pelo poder na Guiné-Bissau**. Lisbonne, Universidade técnica de Lisboa, Instituto superior de ciências sociais e políticas, 2003, 334 p.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. 1928 – Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação/ Augusto Nivaldo Silva Triviños. – 1. ed. – 23. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2015.

UNICEF. *Key demographic indicators*. <https://data.unicef.org/> (2019).

VALÉRIO, Nuno. **Cartas e Leis Orgânicas do Império Colonial Português**. Estudos de história colonial. ISSN 2183-1807. 2021

VASCONCELLOS, Filipa M. P. **SEGURANÇA ALIMENTAR, DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E ESTRATÉGIAS DE COPING: um estudo de caso no chão Joola/Felupe (Guiné Bissau)**. ISCTE-IUL, 03/2010.

VIEIRA, José Guilherme Silva. Metodologia de Pesquisa Científica na Prática. Editora Fael. Avenida Visconde de Guarapuava, 5.506. Batel / Curitiba / PR / CEP 80240-010. 2012.

Yin, R. K. (1994). *Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos (2 ed.)*. Porto Alegre: Bookman. <http://maratavarepsictics.pbworks.com/w/file/74440967/3-YINdesenho%20e%20metodo%20Pesquisa%20Estudo%20de%20Caso.pdf>

Yin, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa** / Liane Carly Hermes Zanella. – 2. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011. 134 p. : il.